**SESSÃO ORDINÁRIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023**

**ATA**

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas quinze horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2023;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

**2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"**

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Relatório/Informação sobre a situação económica e financeira do semestre findo em 30 de junho de 2023 – Conhecimento;

2.3 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2024, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2.4 – Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2024 - Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas;

2.5 – Discussão e votação da Participação dos Municípios no IRS no ano de 2024 - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro;

2.6 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2024;

2.7 - Discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2024;

2.8 – Discussão e votação da Proposta de Reestruturação dos Serviços Municipais;

2.9 - Discussão e votação do Mapa do Pessoal para o ano de 2024;

2.10 - Discussão e votação das alterações ao Orçamento Municipal n.º 15 e às Grandes Opções do Plano n.º 15, do ano de 2023;

2.11 - Discussão e votação da contratação de empréstimo EQ BEI Centro – 07-2316-FEDER-000285 – Requalificação da Av.ª João XXIII, em Nelas e espaço envolvente;

2.12 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento do Cartão Municipal do Cuidador Informal;

2.13 - Discussão e votação do Primeiro Aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com a prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;

2.14 – Discussão e votação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a União de Freguesias de Santar e Moreira para requalificação do Parque Infantil, sito no Complexo Desportivo de Moreira;

2.15 – Apreciação e votação da manutenção, no âmbito de intervenção do Município de Nelas, das competências previstas nas alíneas e), g), h), i), j), k), l) e m), do n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, ao abrigo do n.º 3, do artigo 2.º, do mesmo diploma legal;

2.16 - Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas – Informação – Conhecimento;

2.17 - Projeto de Alteração do Plano Diretor Municipal de Nelas – Informação – Conhecimento;

2.18 - Discussão e votação da proposta de alteração ao artigo 9.º do Regimento da Assembleia da Assembleia, com a introdução do ponto 4.

*O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:*

- Está aberta a sessão.

Muito boa tarde, Senhoras e Senhores Deputados.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores.

E todas as pessoas que se encontram no Público, naturalmente.

Então, pedia à Senhora Primeira Secretária o favor de fazer a chamada.

*A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia, procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais*

*A Senhora Primeira Secretária*:

- Estão presentes 26 membros, faltando até este momento, Augusto Borges da Silva e Jorge Manuel Tavares de Abreu. (Vieram mais tarde)

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito bem. Antes de passarmos à Ordem de Trabalhos do Período de Antes da Ordem do Dia, queria referir que recebi o pedido de justificação de duas faltas, uma da Senhora Deputada Carla Luzio. Naturalmente está justificada a falta e parece que está substituída já pelo Senhor Deputado Milton. Está certo?

Entretanto, também chegou um pedido de justificação de falta do Senhor Presidente da Junta de Senhorim, que está presente e, portanto, está ultrapassada também a questão.

Então passaremos ao ponto número 1 do Período de Antes da Ordem do Dia - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2023.

Não sei se os Senhores Deputados querem tecer, algumas considerações sobre a ata. Senão, passaríamos então a votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Doze abstenções dos Senhores Deputados Municipais: António Borges dos Santos; Vera Faria, António Rui Nogueira; Vitor Dias; Isabel Cristina Gonçalves, Alexandra Monteiro; Maria da Conceição Monteiro; Pedro Renato Pinto; Milton Duarte; Daniel Marialva; Nuno Pereira e António Roque da Silva. Naturalmente, os que faltaram da última vez. Então, está aprovada a ata da sessão anterior por 14 votos a favor.

Ponto número 2 - Leitura do Expediente - Correspondência recebida e expedida.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 23 de setembro de 2023, do Senhor Membro da Assembleia, Daniel Marialva, solicitando a confirmação da sessão ordinária de 29 de setembro de 2023 ser às 15:00 horas e que caso seja, não poderá estar presente;

- E-mail, datado de 30 de setembro de 2023, do Senhor Membro da Assembleia, Daniel Marialva, enviando declaração de Entidade Patronal que atesta a impossibilidade de estar presente na sessão ordinária de 29 de setembro de 2023;

- E-mail, datado de 23 de setembro de 2023, do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Senhorim informando que não poderá estar presente na sessão ordinária de 29 de setembro de 2023;

- E-mail, datado de 30 de novembro de 2023, da Senhora Deputada Municipal Ana Carla Luzio informando que não poderá estar presente na sessão ordinária de 12 de dezembro de 2023;

- E-mail, datado de 02 de dezembro de 2023, do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Senhorim informando que não poderá estar presente na sessão ordinária de 12 de dezembro de 2023;

- E-mail de António Cândido de Oliveira – Professor Catedrático e Presidente da AERDREL - Pedido de resposta a inquérito sobre a Organização e Funcionamento das Assembleias Municipais;

- E-mail, datado de 12 de outubro de 2023, da Fundação Mário Soares – Convite para participar nas iniciativas referentes ao centenário do nascimento de Mário Soares;

- Ofício n.º 9529, datado de 04 de dezembro de 2023, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 12 de dezembro de 2023.

- E-mail, datado de 05 de dezembro de 2023, do Senhor Deputado Municipal António Manuel Borges dos Santos pedindo a inclusão de um assunto na Ordem do Dia da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 12 de dezembro de 2023.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 11/2023, datado de 02 de outubro de 2023, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento da deliberação tomada na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 29 de setembro de 2023;

- Resposta ao inquérito sobre a Organização e Funcionamento das Assembleias Municipais solicitado por António Cândido de Oliveira – Professor Catedrático e Presidente da AERDREL;

- Ofício n.º 12/2023, datado de 30 de novembro de 2023, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária do dia 12 de dezembro de 2023, pelas 15:00 horas.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Não sei se os Senhores Deputados querem tecer algumas considerações sobre a correspondência. Naturalmente, não. Ninguém quer. Passamos adiante.

Então abrimos o terceiro ponto do Período de Antes da Ordem do dia: Assuntos diversos, dos da Ordem do Dia de interesse para o Município.

Os Senhores Deputados que se queiram inscrever, faz favor. Não havendo mais inscrições, Senhor Deputado, faz favor.

*O Senhor Deputado André Borges*:

- Obrigado Senhor Presidente.
Senhor Presidente da Mesa.
Senhores Presidente da Câmara.
Senhores Vereadores.
Senhores Colegas Deputados da Assembleia Municipal.
Estimado Público.

O que me trás aqui são duas pequenas duas pequenas questões, também de resposta rápida. Estamos cada vez mais no inverno e já se falou sobre os abrigos das paragens dos autocarros. Não sei se há alguma previsão de instalação. Os abrigos são mais usados por Idosos e por crianças e é complicado estarem à chuva à espera dos autocarros.

Outra questão também é rápida, que tem a ver com o estacionamento junto à Caixa Geral de Depósitos. Eu sei não sei se o Parquímetro está a funcionar, ou não, porque Nelas, peca, pronto, tem um problema de falta de estacionamento.

Para ir à Farmácia, às vezes não tenho sinais. Depois eu tenho que estacionar o carro onde não é permitido. Tem muito trânsito. Não sei se o Parquímetro está a funcionar, ou se foi desativado.

Também já não há estacionamento no Largo do Escanção. Estamos limitados pelo estacionamento do lado da Estação. Só há a Rua que vai para a Estação, mas também não tenho outro sítio onde ficar mais perto. Era só isso.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos ao Senhor Deputado.

*O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral*:

- Muito boa tarde a todos.
Cumprimento, naturalmente, o Senhor Presidente da Assembleia.
As Ex.mªs Senhoras Secretárias.
A Senhora Vice-Presidente.
Os Senhores Vereadores.
As Estimadas Deputadas e Deputados da Assembleia Municipal.
Os Senhores Presidentes de Junta
Estimado Público.
Colaborador do Município.

Breves respostas às questões levantadas pelo Deputado André Borges. A primeira sobre os abrigos das paragens de autocarros, que é, em termos do que é a Lei, é algo muito curioso, porque é uma responsabilidade, não se assustem Senhores Presidentes de Junta, mas o que está na lei é dos Presidentes de Juntas de Freguesia. Independentemente disso, a Autarquia, naturalmente, colabora nesse sentido.

Há abrigos que necessitam de reparação em termos do que é o funcionalismo do próprio abrigo. E há outros que porventura, necessitam de ser recolocados. Isso está a ser tratado, Senhor Deputado.

De qualquer maneira, mesmo alguns provisórios, que é disso que também estão a falar. São definitivos? São os definitivos, sim. Há pedidos, inclusivé, das nossas Juntas de Freguesia. Em termos do que é a informação interna, é uma das responsabilidades das Freguesias. Mas não deixa de ser, naturalmente, com o apoio da Autarquia.

No que concerne ao estacionamento à frente da Caixa Geral de Depósitos, há, de facto, já estão providenciados os trâmites para o funcionamento, ou o refuncionamento, pois já deixou de

funcionar, há um tempo, o Parquímetro e concordo consigo que é uma das boas razões para, digamos assim, regulamentar o efeito daquele parque, porque, em abono da verdade, toda a gente pode, eventualmente, estar lá estacionado dia todo e deixa de funcionar para o efeito para o qual foi criado.

Concordo consigo. Subscrevo. Eu quero e o que posso dizer ao Senhor Deputado é que os Serviços da Autarquia estão a fazer os procedimentos necessários para o Parquímetro volte a funcionar, novamente.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então dava por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos então ao Período seguinte, Período da Ordem do Dia.

O primeiro ponto é informação do Senhor Presidente da Câmara. Senhores Deputados, não sei se querem fazer alguns comentários, ou pedir esclarecimentos.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.mos Senhores Membros da Assembleia
Ex.mos Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 30 de novembro de 2023, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Consolidação de imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Levantamento de imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;

Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha;

Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar – CAVES";

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas;

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas;

Execução de trabalhos nos JI e do 1º CEB do AE de Nelas;

Execução de trabalhos nos JI e do 1º CEB do AE de Canas de Senhorim;

Construção de Estacionamento em Santar – Preparação;

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Manutenção e atualização de todas as aplicações do ERP AIRC;
Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;
Atualização de software e firmware da storage de virtualização e backup;
Atualização de software e firmware da componente de network;
Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;
Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;
Renovação de Licenciamento Microsoft e Aquisição de Novas Licenças Microsoft Enterprise Agreement;
Aquisição de Serviços de Telecomunicações Móveis e Comunicações, Voz, Dados e Internet;
Aquisição de Serviços de Renovação de Certificado SSL Pelo período de 12 Meses;
Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;
Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;
Resolução de 135 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Continuação o Projeto de Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões, com a colaboração da empresa SMART VISION;
Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas e os espaços de cidadão de Canas de Senhorim e de Santar realizaram 2843 atendimentos;
SERVIÇO DE DESPORTO
Início da disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico dos dois agrupamentos de escolas do concelho;
Inicio das aulas de Adaptação ao Meio Aquático (Natação) nas Piscinas Municipais Cobertas às turmas dos dois agrupamentos de escolas do concelho;
Participamos por mais um ano consecutivo na Semana Europeia do Desporto, através do Projeto IPDJ -BeActive, uma iniciativa da Comissão Europeia do Desporto com diversas atividades:
Dentro da temática o Município dinamizou as seguintes atividades:

- "Beactive em Família" – aula de yoga em família;
- "Pausactiva" – Aula online;
- "Beactive Inclusivo" – Caminhada às Cegas;
- "Escolactiva" – Jogos Tradicionais;
- "Beactive Sénior" – Circuito de Manutenção;

Inicio do projeto "Crianças em Movimento…", direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora, onde participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Sendo que os Jardins Particulares do concelho, nomeadamente Centro Paroquial Vilar Seco, Jardim-de-infância "Girassol", Escola João de Deus e Jardim-de-infância "Malmequer", frequentando apenas as aulas de Adaptação ao Meio Aquático, nas Piscinas Municipais. No total estão envolvidas cerca de 300 crianças do concelho;
Dinamização das atividades desportivas da US, assegurando no total 6 aulas semanais, duas de Hidroginástica, Ginástica de Manutenção, Zumba e aulas do projeto Itinerante na freguesia da Aguieira e da Lapa do Lobo;

No âmbito do protocolo de cedência entre o Agrupamento de Escolas de Nelas e o Município para o ano 2023/2024. Nesse âmbito, foi proporcionado à escola, um horário, na Piscina Municipal coberta e no pavilhão Desportivo, para desenvolver atividades relacionadas o Desporto Escolar;

A equipa da Pré-competição participou numa prova do Circuito Municipal de Escolas de Natação em Viseu;

Abertura das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2023/2024, com as aulas da Escola Municipal de Natação: Natação (a partir dos três anos), Hidroginástica, Utilização Livre (Sem orientação técnica) e Equipa de Pré-competição (grupo que se insere numa vertente competitiva que participa nas competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação). Nos vários grupos de ensino estão inscritos 379 alunos nas aulas com orientação técnica;

Como forma de apoiar e dinamizar as associações e clubes do concelho, foram cedidas instalações desportivas para diversas atividades.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 3 agregados familiares;

A Loja Solidária de Nelas, contou com 27 doações de diversos artigos (vestuário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares;

No mesmo período, existiu a inscrição de 19 novos agregados familiares, correspondendo a 47 pessoas;

Realizaram marcação e beneficiaram do apoio da Loja Solidária 12 agregados;

No âmbito do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, foram deferidos 2 processos: 1 processo para atribuição do tarifário social e 1 para atribuição do tarifário familiar;

O Município de Nelas assinalou o dia Mundial para a Igualdade, em parceria com a ACAPO, desenvolveu uma sessão de sensibilização denominada (D)eficiência Visual – Sensibilizar para Incluir, para todos os parceiros da Rede Social e Equipa para a Igualdade na Vida Local com uma componente teórica sobre a ACAPO, a sua missão, a questão da deficiência visual e posteriormente uma componente mais prática por forma a identificar e entender as dificuldades das pessoas com deficiência visual no seu dia a dia, mas também as suas capacidades;

Durante o mês de outubro, nas redes sociais da autarquia, foi divulgada a campanha #EndGenderStereotypes, promovida pela União Europeia, com o objetivo de sensibilizar para o papel que os estereótipos de género desempenham na sociedade;

Continuação do desenvolvimento do trabalho, diário e contínuo, de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias. No período de referência foram realizados 1183 atendimentos sociais/visitas domiciliárias;

Atendimento de Apoio Psicossocial continua a ser um espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, auxiliando as mesmas na resolução ou atenuação dos seus problemas. Neste período foram realizados 5 atendimentos psicossociais;

Decorrente do projeto "e-Guard – Teleassistência a Pessoas Vulneráveis", (celebrado com a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Agência para o Desenvolvimento da Sociedade de Informação e do Conhecimento (ADSI)), um projeto que visa fornecer apoio eletrónico a idosos em situações de vulnerabilidade, tais como dependência, isolamento ou falta de apoio familiar, a autarquia distribuiu os dispositivos eletrónicos adquiridos junto da ADSI para monitorizar o dia-a-dia dos idosos identificados por ambas a Entidades. Estes dispositivos permitem a criação de uma

ligação direta e eficaz com aqueles que mais necessitam, possibilitando a monitorização das suas atividades diárias, através de uma plataforma acessível na Sala de Situação do Comando Territorial da GNR.

No que respeita aos atendimentos do CLAIM realizaram-se no período em referência 130 atendimentos presenciais;

Decorreram avaliações solicitadas pelo Serviço de Educação e Cultura, a agregados familiares com alunos a frequentar o ensino pré-escolar, para avaliar as condições socioeconómicas, com o objetivo da isenção/redução na comparticipação do fornecimento de refeições e/ou prolongamento de horário;

Foram acompanhados pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, 55 agregados familiares. Para o efeito, foram realizados 79 atendimentos sociais, dividindo-se em 43 entrevistas, 20 contactos telefónicos, 6 visitas domiciliárias e 20 atendimentos em articulação com outros serviços;

No âmbito da medida de acompanhamento às famílias beneficiárias de RSI sob a coordenação da Câmara Municipal de Nelas foram acompanhadas 95 famílias, tendo sido realizadas 128 visitas domiciliárias, 103 atendimentos e celebrados 12 contratos de inserção;

Apoio na preparação da candidatura ao Radar Social. Este programa visa criar um sistema de georreferenciação social de ampla abrangência, cujos destinatários são as pessoas, famílias ou grupos de vulnerabilidade social, incluindo as pessoas em situação de risco de pobreza, exclusão social ou discriminação nas suas múltiplas dimensões.

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

Participação do Grupo de Cordas da USN no 20º aniversário do Lar Padre Domingos em Canas de Senhorim;

Ação de Informação “Cuidados a ter com a voz” no âmbito da disciplina de Saúde para todos;

Participação do Coro Misto na Reconstituição Histórica do 24 de abril de 1974 em Canas de Senhorim;

Participação dos alunos da US na V Semana da Saúde organizada pela Farmácia Faure;

Realização da festa de encerramento do Ano letivo;

Participação do Projeto Equipas de Verão, 5 Jovens, 5 Seniores do Município de Nelas;

Participação no dia dos Avós promovido pelo Município de Nelas, onde a Universidade Sénior deu o seu contributo na dinamização da aula de Atividade Física;

Divulgação da 32ª Feira do Vinho do Dão. Os alunos da USN, divulgaram por várias cidades a Feira do Vinho do Dão, dando a conhecer não só o certame como promovendo as nossas terras;

Participação da Universidade Sénior no BEACTIVE, Semana Europeia do Desporto;

Início do ano Letivo 2023/2024 da Universidade Sénior, este ano com uma aposta do Município no alargamento de todas as valências. Até ao momento conta com cerca de 300 alunos em todo o Concelho.

A Universidade Sénior de Nelas apresenta uma oferta formativa que engloba um conjunto de 21 disciplinas. Esta seleção diversificada proporciona aos nossos seniores a oportunidade de explorar novos horizontes de conhecimento e interesses pessoais. Dentre as disciplinas, destacam-se atividades como Atividade Física, Hidroginástica, Fitness Zumba, Exercício Físico Adaptado, Alfabetização, Jogos de estratégia e tabuleiro, Saúde para todos, História, Coro Misto, Cavaquinho/Guitarra, Culinária, Piano, Agulhas Solidárias, Psicologia e Cidadania, Relaxamento, Coro Masculino, Manualidades, Rádio, Teoria Musical e Expressão Dramática e Teatro. Além

deste vasto leque, a Universidade Sénior oferece o prestigioso "Espaço Cuide-se", onde uma psicóloga qualificada presta um acompanhamento individualizado para a saúde mental de todos os alunos que sintam necessidade desse apoio;

Leituras com Coro da Amarelo Silvestre. Os alunos do Projeto Itinerante da Póvoa de Stº António, Da Lapa do Lobo e de Santar e os alunos do projeto sede da US tiveram a oportunidade de participar numa atividade de leitura promovida pela Associação Amarelo Silvestre;

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube (105 publicações, neste período) da Biblioteca;

Serviço de atendimento on-line para quem necessite de informação específica sobre determinado assunto, com o envio por mail da digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações;

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição;

PressReader (novo serviço): protocolo entre os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, que permitiu aos utentes inscritos na Biblioteca Municipal o acesso gratuito a mais de 7000 jornais e revistas de todo o mundo, em formato digital, a funcionar desde 23 de outubro. Já foram consultados pelos utilizadores da Biblioteca Municipal 7052 artigos.

Participação nas reuniões periódicas do grupo de trabalho da rede intermunicipal de bibliotecas de Viseu Dão Lafões, em colaboração com a CIM e DGLAB_MC. Durante o presente ano, e de acordo com o sistema de rotatividade aprovado em regulamento, a responsável da BM Nelas, em colaboração com a bibliotecária de Castro Daire, assume a coordenação deste grupo de trabalho intermunicipal.

Biblioteca itinerante nos estabelecimentos de ensino

1.º Circuito ano letivo 2023/2024 - Total de empréstimos: 744 empréstimos de livros

- EB1 Lapa do Lobo, EB1+JI Vale de Madeiros e JI Canas de Senhorim
- EB1 + JI Aguieira e EB1+JI Vilar Seco
- EB1 Jantar, JI Santar e JI Senhorim
- JI Girassol (Canas de Senhorim), EB+JI João de Deus
- EB1 + JI Carvalhal Redondo
- JI Malmequer (Nelas) e JI Folhadal

Oficinas múltiplas: apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano.

EXPOSIÇÕES

- ” Imagens do Parlamento Português”: cedida pela Assembleia da República, aborda a evolução política nacional desde a implantação do Liberalismo em 1820 até à atualidade.
- “Economia Europeia”, durante o mês de julho, promovida pelo Europe Direct, Viseu Dão Lafões, em colaboração com o Município de Nelas
- Exposição “Concurso de fotografia 2023-Caldas da Felgueira”,
- “Sem água nada vive”, uma iniciativa dos alunos do Laboratório de Artes do Agrupamento de Escolas de Nelas.
- “A Viola Toeira: artes de fazer e de tocar”. Esta exposição surgiu com o objetivo principal da divulgação do resultado de um estudo de investigação sobre o revivalismo da viola toeira. Um conjunto de material documental sobre a história deste instrumento, dos seus tocadores

e dos seus construtores, dando a conhecer algumas das figuras que, entre os séculos XIX e XX se destacaram como construtores e tocadores de viola em Coimbra.

Leituras 100 Idade US fora de portas: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS, projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas: que possibilita aos seniores a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros. Total: 26 empréstimos de livros. (deslocação da Biblioteca itinerante aos polos da US)

Histórias com moral

US polo Vilar Seco – 12 participantes

US polo Póvoa de St.º Ant.º – 4 participantes

US polo Aguieira – 10 participantes

US polo Senhorim (serviço de empréstimo)

US polo Urgeiriça – 14 participantes

US polo Carvalhal Redondo – 11 participantes

"Biblioteca sobre rodas", espaço de leitura no Parque de S. Miguel: empréstimo de livros e sessões de contos aos sábados de manhã.

Colaboração com o projeto "Férias de Palmo e Meio" do serviço educativo, com a atividade de animação da leitura "Bicharocos e bicharadas"

Participação no Dia dos Avós, no Parque de S. Miguel – atividade física, piquenique, espetáculo de marionetas "O Coração de Alfaiate", jogos tradicionais, Karaoke e apresentação do livro "Avós, raízes e nós", na Biblioteca José Adelino, em Canas de Senhorim.

"Verão a Ler", nas piscinas municipais descobertas de Nelas, um frigorífico repleto de leituras "fresquinhas".

Colaboração na Feira do Vinho do Dão, com a" Oficina do Óscar" (histórias e culinária); "onde moram as histórias" (crianças dos 3 aos 6 anos) e "mimar" (espetáculo para bebés).

Participação da Biblioteca Municipal de Nelas, no Encontro Internacional de Bibliotecas Itinerantes, em Pombal.

Participação da Biblioteca Municipal de Nelas, no Encontro Intermunicipal de Bibliotecas Itinerantes de Viseu Dão Lafões, em Castro.

"Noite de Halloween" na Biblioteca Municipal. Diversas famílias com crianças dos 3 aos 7 anos juntaram-se a nós para uma noite cheia de jogos, culinária assustadora, histórias arrepiantes, doces deliciosos e, claro, muitas travessuras.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Participação na Feira do Vinho do Dão.

- Apoio à Animação Infantil;
- Apoio ao Concurso e Provas de Vinhos;
- Apoio do Espaço Showcooking;
- Apoio aos Expositores e Produtores;
- Apoio na Praça da Alimentação.

Abertura do ano letivo 23/24 já com a delegação de competências:

- Organização das refeições e refeitórios;
- Organização da rede de transportes;
- Análise e atribuição de escalões aos alunos;
- Boletins de Inscrição (Pré-Escolar – AAAF | 1º CEB – Refeições e AEC);

Apoio na contratação e colocação dos professores das atividades de enriquecimento curricular e inicio das mesmas;

Promoção do Sucesso Educativo – (re)início do trabalho das equipas multidisciplinares;

Elaboração e distribuição dos folhetos informativos, oferta Educação;

Distribuição dos Manuais de Inglês;

Atribuição de vouchers ao Ensino Pré-Escolar e 1.º CEB de livros de atividades e material pedagógico.

Inicio dos programas de distribuição de uma peça de fruta aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo- regime da Fruta Escolar e Programa Fruticool;

Início da distribuição do leite escolar;

Comemoração do dia Mundial da Alimentação nas escolas do Concelho;

Reunião e constituição do Conselho Municipal de Educação;

Reunião com os encarregados de educação dos JI dos Agrupamentos de Escolas na abertura do ano escolar;

Preparação dos projetos de férias na interrupção letiva do natal;

Preparação do Mercado de Natal;

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS:

Participação na Feira do Vinho do Dão;

Planificação do projeto do projeto "Música Maestro" - ano letivo 2023-2024;

Planificação do ano letivo 2023-2024 na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas;

Cumprimento do plano de aulas do projeto "Música Maestro" - ano letivo 2023-2024;

Cumprimento do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas;

Cumprimento do plano de aulas nas AEC;

Ensaios de preparação das participações no mercado de Natal 2023 dos alunos da AMAN;

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

| N.º PROCESSO | AUTOR DA AÇÃO | FASE PROCESSUAL |
|---|---|---|
| 424/17.4BEVIS | Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda. | O Município deduziu contestação |
| 298/17.5BEVIS | António da Silva Albino Lda. | Realizada audiência prévia |
| 344/17.2BEVIS | José Marques Duarte, Unipessoal, Lda. | O Município deduziu contestação |
| 175/19.5BEVIS | João Manuel Lopes Pereira | O Município deduziu contestação |
| 24/20.1BEVIS | Vitor Manuel Dias da Silva, Lda. | O Município deduziu contestação |
| 67/20.5BEVIS | Irmãos Almeida Cabral, Lda. | O Município deduziu contestação |
| 70/20.5BEVIS | Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda. | O Município deduziu contestação |

| | | |
|---|---|---|
| 192/20.2BEVIS | Meo - Serviços Comunicações e Multimédia, S.A. | O Município deduziu contestação |
| 42/21.2T8NLS | Município de Nelas | O réu apresentou contestação |
| 80/21.5BEVIS | Paulo Costa | O Município deduziu contestação |
| 154/21.2T8NLS | Comissão Nacional de Proteção de Dados | O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa |
| 2357/21.0T8VIS-A | Município de Nelas | O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS |
| 456/21.8BEVIS | Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda. | O Município deduziu contestação |
| 141/21.0T8NLS | Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento | O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência |
| 148/22.0T8NLS | Generali Seguros, S.A. | O Município deduziu contestação |
| INJUNÇÃO Nº 84950/23.4YIPRT | Certificoimbra, Lda | O Município deduziu contestação |
| 520/23.9BEVIS | Certificoimbra, Lda | O Município deduziu contestação |

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

a) Dívida de médio e longo prazo: 8.698.622,62 €
b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 1.794.715,64 €
c) Financiamentos contratualizados (falta visto TC): 265.000,00 €
d) Financiamentos contratualizados por utilizar: m3.456.789,78 €
e) Provisões/Responsabilidades contingentes: 803.438,78 €
f) Responsabilidades contingentes 2021: 1.317.779,00 €
g) Financiamentos aprovados AM de 23-04-21 (não contratualizados): 1.478.279,57 €
h) Financiamento acordo colaboração IHRU 31/08/2021: 1.773.144,00 €.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- O Senhor Presidente da Câmara tem 20 minutos para este ponto. Portanto, quem se quiser inscrever?

Então como ninguém quer, o Senhor Presidente da Câmara quer prestar algum esclarecimento sobre este seu ponto?

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Eu julgo que na Ordem de Trabalhos de hoje há muitos assuntos e, portanto, não.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Não. Então, remete para o documento, naturalmente. É apenas uma Informação.

Passaríamos ao ponto número 2. Também é só para conhecimento - Relatório/Informação sobre a situação económica e financeira do semestre findo em 30 de junho de 2023.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Posso falar sobre o Relatório?

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Sobre este ponto? Eu não sei se, primeiro, os Senhores Deputados querem fazer alguma pergunta sobre o documento. O Senhor Presidente da Câmara já está, digamos, a voluntariar-se para prestar esclarecimentos sobre ele.

Senhores Deputados, querem-se inscrever sobre este ponto? Não, então, Senhor Presidente, tem a palavra.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Só duas, ou três informações muito céleres. A primeira, obviamente, estamos a falar de um Relatório Semestral que tem, naturalmente, a ver com a execução do primeiro semestre de 2023, a 30 de junho. E que, como é óbvio, pode não ser um documento final quando se findar a Prestação da Conta de 2023.

De qualquer maneira, havia aqui só duas ou três notas que eu gostaria de deixar evidenciadas que têm a ver com, de acordo com os ROC,s, em termos de análise económica e financeira do Ativo, que registou uma variação positiva. Não sendo muito substancial, é uma variação positiva também e reduziu-se também o Passivo global e o Resultado Líquido de 2023 refere aqui também que foi integralmente e é a palavra adequada, aplicado em Resultados Transitados.

Também nos remete para os Indicadores, para uma melhoria global dos Indicadores em períodos homólogos, de 30/06/2022 para 30/06/2023, desde a liquidez geral, à liquidez imediata, ao Endividamento, que passou de 40,36% para 38,69%. A Autonomia Financeira de 59,64% para 61,31%, O peso de gastos com o Pessoal nos Custos Operacionais, de 47,64% para 44,06%. E a Dívida total por habitante, de 701,59 neuros para 680,51euros, por cada habitante.

Dizer ainda que a Receita total é superior à execução da Despesa total. E que, após as alterações orçamentais do primeiro semestre, verificámos que a referida Regra do Equilíbrio Orçamental foi cumprida. E as Alterações Orçamentais também servem para isso e os ROC,s remetem, precisamente, por esse cumprimento do que é as Alterações Orçamentais.

Dizer ainda duas questões que são também relevantes. No que concerne ao controlo do Orçamento da Despesa, na Aquisição de Bens e Serviços, entre os períodos homólogos há um valor inferior em 640.231,00 absolutos, corresponde a menos 37,85%. E na Aquisição de Bens e Serviços, uma variação de 440.000 euros, o que repercute, grosso modo, o que também vamos dizendo sobre alguma recuperação do Controlo Orçamental e com também a referência, baseado no cálculo estimado a partir da fórmula de cálculo.

Já o cálculo de pagamentos por trimestre era de 61 dias. Em concreto, face ao Orçamento de Estado para 2023, o Município cumpriu os critérios legais relativos aos pagamentos em atraso. Dado que havia pagamentos em atraso e agora está tudo regularizado também.

E fala aqui em dois indicadores também que são importantes no que concerne à dívida total e à questão da dívida total a terceiros e a média da Receita Corrente Líquida cobrada que

passou em 31/12/2021 para 1.06. Foi sendo diminuída ao longo do tempo, em 30/06/2022, em período homologo, era de 0,94%. Em 31/12/2022 era de 0,91%. E, atualmente, em 30/06/2023 é de, 082%.

E era isto que eu queria também só enfatizar nos Relatório dos ROC,s. E obrigado pela atenção.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, prestados os esclarecimentos, passamos ao ponto número 3, que é uma proposta de deliberação para autorizar o lançamento da derrama para o ano 2024, que é a habitual dos anos anteriores,1,5%, isentando, naturalmente, as empresas que não apresentem um volume de negócios superior a 150.000,00 euros. Penso que não haverá contestação de ninguém.

Então iríamos pôr a votação este ponto. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Autorizar o lançamento de derrama para o ano de 2024, nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

- 1) Proceder-se ao lançamento da Derrama no ano de 2024, à taxa de 1,5%;

- 2) Isentar-se de derrama, no ano de 2024, os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapasse 150.000,00€, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então pomos agora a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto número 4 da Ordem do Dia. - Proposta de Deliberação sobre a Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2024, para os Serviços de Comunicações Electrónicas. É o habitual, 0,25%. É a taxa habitual.

Não sei se os Senhores Deputados têm alguma observação a fazer quanto a este ponto. Não temos. Não tendo, vamos para votação: Quem vota contra? Quem se abstém. Aprovado por unanimidade.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 – Discussão e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2024 - Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto - Lei das Comunicações Eletrónicas: 0,25%, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então vamos pôr a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto número 5 - Proposta de deliberação da fixação da Participação Variável do IRS para 2024. É também a proposta habitual dos anos anteriores, 4% sobre o IRS.

Não sei se os Senhores Deputados têm alguma observação a fazer. Não tendo, vamos por a votação: Quem vota contra? Um, com declaração de voto. Quem se abstém? Então, aprovado por 27 votos a favor.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Discussão e votação da Participação dos Municípios no IRS no ano de 2024 - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro: Participação de 4% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal neste concelho, relativamente aos rendimentos do ano 2024, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Senhor deputado, quer apresentar?

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra*:

Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia.

Membros da Mesa.

Caros Colegas.

Público em geral

E Funcionário da Autarquia.

Considerando que o Regime Financeiro das Autarquias Locais, alterado em 2013, com ainda mais a repartição dos recursos públicos entre o Estado e a Autarquia e que a introdução deste elemento de Participação Variável de 5% do IRS correspondente, no essencial, ao empurrar para as Autarquias de uma responsabilidade que é do Estado.

Considerando que esta medida não introduz nenhum fator de justiça fiscal para os Munícipes de Nelas, pois paga IRS quem mais rendimentos tem e, portanto, são esses que são os principais beneficiados desta medida.

Considerando que compete ao Estado Central a execução de uma política fiscal justa que corresponda a uma justa distribuição da riqueza criada no país de forma equilibrada por todo o território nacional.

Considerando que o valor que o Município está a abdicar poderia e deveria ser utilizado para aplicação noutras áreas da sua competência.

A CDU vota contra.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Então iríamos agora pôr a votação a minuta: Quem vota contra? Na minuta pode não votar contra. Não é verdade?

Então, quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Então, aprovada a minuta por unanimidade. Senhores Deputados, muito obrigado.

Então, o ponto número 6 - Proposta de deliberação sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. Os Senhores deputados já sabem, também é o habitual, que é 0,30%. Para os degradados e em ruínas têm a taxa agravada, de acordo com a Lei.

Não sei se os Senhores Deputados querem algum esclarecimento. Não querem. Senhor Presidente, tem a palavra.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Obrigado, Senhor Presidente.

De uma forma também muito breve, para falar das três propostas de deliberação sobre os impostos. Portanto, a primeira é para dizer que ele se mantém na generalidade. As alterações têm a ver com o IMI, com o que decorre do que é o imperativo da lei dos poderes urbanos degradados, que estão consignados, como o Senhor Presidente da Assembleia estava a referenciar e bem.

E dizer que, particularmente, no que concerne à derrama, foram lançadas as isenções no tempo da COVID-19 e o Executivo, conscientemente, resolveu manter, uma vez que é uma medida de grande alcance no que concerne ao apoio ao comércio local. Também aos pequenos e médios, ao pequeno e médio negócio. Às microempresas, aos empresários, aos jovens

empreendedores e porque, ao proceder-se ao lançamento da Derrama no ano 2024, ao isentar-se da Derrama os sujeitos passivos com um volume de negócios que, no ano anterior, não ultrapassem os 150.000,00 euros. Digamos que, desta maneira, estamos também a incentivar as microempresas, o pequeno e médio comércio e os jovens empreendedores.

Dizer ainda uma coisa sobre a questão da fixação do IRS. Obviamente que todas as opiniões são válidas. O objetivo não é só naturalmente, favorecer quem tem mais ou menos rendimentos, as coisas também estão tipificadas na lei, mas também aos jovens, em particular e à classe média, de forma a ter sustentabilidade, o Município prescinde daquela Receita em favor dos Municipes.

Obrigado Senhor Presidente, pela atenção que me concedeu. Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Prestados os esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara, íamos pô-la à votação. Então: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Aprovar a fixação de taxas no ano de 2024:

- Taxa de IMI de 0,8%, para os prédios rústicos;
- Taxa de IMI de 0,30%, para os prédios urbanos;
- Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45%, elevada para o seu triplo, para os prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou em ruínas;
- Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45%, majorada em 30%, para prédios urbanos degradados.

Foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então, iríamos pôr à votação a minuta. Senhores Deputados, quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto número 7 da Ordem de Trabalhos, relacionado com o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Senhores Deputados, faz favor, alguém se quer inscrever sobre o conteúdo destes dois documentos? Não há mais ninguém? Dois. Senhor Deputado António Borges, faz favor.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Senhores Membros da Mesa.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados Municipais.

Digníssimo Público.

Muito Boa tarde.

Queria começar por dizer que, de facto, este Orçamento devia ter levado muito mais tempo para o ver porque os documentos que me mandaram são de tal forma extensos que, embora seja num fim-de-semana prolongado, não tive tempo, durante este fim-de-semana, disponível para ele.

Mas, vou apresentar umas breves referências a este Orçamento, até porque ele quebra um bocado o Orçamento anterior. O que estava um bocado feito. Projetos e concursos que estavam lançados e era daí que vinham as verbas para a parte de Investimento.

Acontece que, como já se previa, este Executivo, neste Orçamento, deixou cair, praticamente, tudo o que vinha do Executivo anterior e por isso foi o ter necessidade de encontrar outras verbas para justificarem as Despesas.

E, nós, se olharmos para o documento, ele tem duas partes bem distintas. Tem o Orçamento definido e o não definido. E o não definido, neste momento, são 14,5 milhões de euros. É verdade que é uma parte do Orçamento. Mas são situações que o próprio Executivo admite que possa vir a realizar.

Há duas que são evidentes, que são as Requalificações da Escola Secundária de Nelas e da Escola Secundária de Canas de Senhorim. Mas, depois, tem mais duas, com grande valor. Uma é para Infraestruturas e Espaços opara Actividades Económicas, 5.150.000,00 euros, que ele prevê realizar em 2024. É mais valor para 2024 nas não definidas. E um valor de 2.250.000,00 euros, também não definidas.

Quer dizer isto que este valor de 2.250.000,00 euros é para o Programara de Valorização das Estâncias Termais da Região Centro. Para onde é que, eu gostava que a Câmara me pudesse explicar onde é que pensa, ou em que Projetos é que pensa poder vir a captar 2.250.000,00 euros para investirem nas Caldas da Felgueira.

A mim, parece-me um bocado irrealista esta situação das verbas não definidas. Comecei por dizer que elas não fazem parte deste Orçamento para este ano, mas estão previstas como verbas que podem vir a ser incluídas neste Executivo. Duas, sabemos quais são. As outras, não sabemos se há Projeto, se há perspetiva de virem, se não.

Outra situação também que nós aqui temos, as Contas, que me parece que estão um bocado feitas à base de valores que prevê do Programa 2030, mas nós não conhecemos, ou pelo menos não nos foi dado a conhecer nenhum Projeto, nem nada, que viesse a justificar este valor. E temos lá obras previstas à volta de 2.300.000,00 euros. Portanto, se calhar, também gostávamos de saber o que é que prevêem para essa situação.

Outra situação também que aparece, que é evidente, que justifica não termos verbas do Programa do Executivo anterior que é na Área de Acolhimento Empresarial. A Área de Acolhimento Empresarial é um Projeto de mais de 3 milhões de euros, dois milhões novecentos e tal mil euros já estará adjudicado. Portanto, estão aprovados, financiados e adjudicados.

E agora aparece aqui uma verba de 200.000,00 euros que eu não sei de onde é que vão cair. Se o Projeto caiu, de onde é que são estes 200.000,00 euros e para que é são? Será para indemnizar o empreiteiro por não ter feito uma obra que estava adjudicada? Eu gostava de saber para que é são.

O mesmo acontece com a Reutilização das Águas Residuais Tratadas que é um Projeto de mais de 3 milhões de euros, que vai por aí abaixo.

A Zona Urbana também não aparece nada. De facto, no Urbanismo, embora no início digam que é uma prioridade da Câmara, depois se formos ver, não encontramos lá nada que o justifique. Um Programa que havia, que era bastante ambicioso e que havia muitas rubricas com financiamento a 100%, desapareceu.

Quanto ao Relatório que o Senhor Presidente disse que, de facto, só corresponde a meio ano, é verdade. O Relatório só corresponde a meio ano. Mas é verdade que ele também foi calculado sobre o Orçamento de meio ano. Foi calculado pelo meio. Portanto, esses 17% e 12%, conforme falemos de Despesa de Capital, ou de Receita de Capital, vêm, de facto, são calculadas

sobre metade do Orçamento. Portanto, se fosse calculado sobre a totalidade do Orçamento eles eram metade. Portanto, não seriam 12%, mas seriam 6%.

Portanto, temos que ver que essa situação não é tão linear, que vai ser diferente. Não sei que vai ser diferente. Pode ser que no fim haja mais obras. Mas não vão parar muito esta situação pela forma como eu estou a calcular.

E outra situação também que me preocupe é o aumento da rubrica de Fornecedores, que aumentou no Relatório, é de 809.427,00 euros e é um aumento de mais de 98%. Também não sei muito bem aquilo que é que estamos aqui a esperar.

Mais, o que é que eu tinha aqui mais para perguntar? Era pouco mais. Se compararmos as Contas de agora com as Contas, ou melhor, o orçamentado arrecadado com os anos anteriores. E também é engraçado que o Mapa que costuma aparecer com outros valores de anos anteriores, que agora só aparece com as Provisões do ano seguinte que dificulta a ler. Temos que andar sempre à procura do Orçamento dos anos anteriores. Aparecia sempre uma coluna em que se podiam fazer comparações. Agora, não se pode. Não sei se depende da Lei, ou se é uma opção. Se é uma opção, sinceramente, não me parece uma grande opção.

Mas poemos ver, por exemplo, que estimam uma Receita de 750.000,00 euros para a Derrama, quando em 2022 foi de 476.000,00 euros. Uma Receita para a água de 1.270.000,00 euros, quando executou 827.000,00 euros em 2022. Saneamento, 675.000,00 euros, quando em 2022 conseguiu apenas 200.000,00 euros. Sabemos que estas coisas subiram, mas não subira nesta proporção. Portanto, se calhar, convém só dizer que isto está empolado. Que o financiamento PT 2030, a não ser que haja, que já projetos que preveja, a curto prazo, serem financiados esses projetos, há aqui um empolamento de muito dinheiro, de mais de 2 milhões de euros, mais de 2 milhões de euros.

Ainda tinha outra coisa e já sei onde é que está. À, outra coisa é o seguinte: No FEDER 2020 consta lá ainda a Reconstrução da Avenida João XXIII e o Mercado. A Avenida João XXIII, inclusivamente, prolonga-se por vários anos. O que eu queria saber era o seguinte: Era se o Projeto que estava anteriormente financiado e em execução e que se previa que terminasse no fim deste ano civil, se foi prorrogado? E se, de facto, ainda se pode nos próximos anos ir buscar, durante esse tempo depois essas verbas que estavam previstas.

Porque é que eu pergunto isto? Porque o empréstimo que nós vamos aprovar daqui a pouco, pelo menos discutir, é de 236.000,00 euros e o que está orçamentado para essa obra é de 446.000,00 euros. Portanto, há aqui uma diferença de duzentos e tal mil euros que pressuponho eu que ainda poderão vir do programa anterior porque se não vierem, então temos que aumentar este empréstimo. Mas isso é uma coisa que só quem executa é que sabe.

Outra situação também que acontece, que acontece, se nós compararmos o Orçamento anterior das obras no Centro de Saúde de Nelas e no Centro de Saúde de Canas de Senhorim com o atual, nós temos uma diferença de, mais ou menos, 200.000,00 euros. Portanto, havia aqui um Programa que era de 2021 a 2024 e agora é de 2021 a 2025. Tudo bem. É que eu, até agora também não percebi nada nesse campo. É porque é que agora são mais 200.000,00 euros? Houve alguma Revisão de Preços? Portanto, é uma situação também que eu gostava de saber.

Pronto. É só isso. Pronto, fico-me por aqui.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado Senhor Deputado. Não se importa que o Senhor Presidente da Câmara responda no final, não é?

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

- Sim, sim.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:
- Sim Senhor. Muito obrigado. Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, faz favor.
*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva*:
- Muito obrigado Senhor Presidente.
Senhor Presidente da Câmara.
Vereação.
Colegas Deputados.
Estimado Público.

Numa breve intervenção, não pode adicionar muito àquilo que, por norma e é sempre assim, à intervenção do Senhor Deputado António Borges, da Bancada do Partido Socialista.

Mas há 3 pontos, que por leitura do Orçamento, da Proposta de Orçamento, Relatório e Contas, reportado a 30/06/2023, há aqui 3 pontos que importam referir e questionar. Até não só no âmbito do Orçamento, mas no âmbito daquilo que perspectivamos como um futuro e um futuro que é tão importante no Quadro de PT 2030, no Quadro do PRR, porque creio que existe aqui uma questão de fundo, que se vem perpetuando em Contas, em Orçamentos da Câmara Municipal, que me parece, na minha opinião, uma ruinosa estratégia de investimento para o Concelho de Nelas.

Nós temos, neste momento e reportando-me aqui ao Relatório do ROC sobre a situação financeira a 30 de junho de 2023, que se enquadra perfeitamente na discussão deste ponto, a perspetivar o futuro e é impossível perspetivar o futuro e orçamentar o futuro sem ver e analisar aquilo que é a execução e as contas deste ano, portanto, e este relatório permite uma certa análise uma vez que existe o semestral também do ano passado.

E há aqui 2, ou 3 indicadores que são, verdadeiramente, preocupantes. Um desses indicadores que é bastante preocupante, é o crescimento da Despesa Corrente da Câmara. A Despesa Corrente da Câmara tem crescido e crescido e crescido e crescido. Portanto, de Orçamento para Orçamento, de Relatório para Relatório existe um crescimento da Despesa Corrente da Câmara.

E, por outro lado, encontramos aqui uma situação que é, absolutamente, caricata. E a situação é: O investimento reduz. Se olharmos para os rácios aqui no Relatório de Contas. Portanto, temos aqui os rácios, quem quiser acompanhar é a página 26. Portanto, aqui: Despesas Correntes a dividir pela Despesa Total: Em 2022, portanto, isto é tudo dados deste ano. Em 2022 as Despesas Correntes que representavam 69% da Despesa Total da Câmara Municipal de Nelas.

Hoje representam 81%. Portanto, por relação à Despesa Total da Câmara Municipal de Nelas, temos neste momento um crescimento de cerca de 12% da representação da Despesa Corrente na Despesa Total. Dessa Despesa Corrente, temos Despesas com Pessoal, representação da Despesa com Pessoal da Despesa Total da Câmara Municipal de Nelas 36% a 30/06/2022 e a 30/06/2023, 49,54%.

Temo aqui uma subida de cerca de 50% da Despesa de Pessoal, 50% relativamente ao período, 50% de 36% é sensivelmente, 18% e há uma subida de 15%. Portanto, não estou a inventar nenhum, não estou a inventar cálculo. Ainda que aquela subida que, provavelmente, fala é de 15% é por referência à Despesa Total. Não é por referência ao período homólogo, que é aquela que eu estou a falar.

Enquanto isso, na relação dos Investimentos para a Despesa Total, temos uma redução de 25% da representação de Investimentos na Despesa Total em 30/06/2022 para 11%, 11,9%, a 30/06/2023. Estes cálculos e estes números não é 100 pontos.

Qual é o ponto de estar aqui a reproduzir aquilo que, textualmente, vem no relatório? É a Câmara está a engordar a Despesa com Pessoal, enquanto há um crescimento muito elevado da

Despesa Corrente, enquanto a representatividade da Despesa com Investimento decrece por referência à Despesa Total de ano para ano.

E isto não pode ser não considerado como uma estratégia de desinvestimento brutal no Concelho de Nelas e substituição daquilo que poderia ser a margem de endividamento, ou para realização e reforço para as necessidades das pessoas, como para a realização de Investimento estruturante, até com recurso a Fundos Comunitários para o futuro, está a ser comida, por assim dizer, essa margem com esse aumento de Despesas com o Pessoal. Eu acho que isto é uma estratégia, absolutamente, inaceitável.

Tendo em conta, tendo em conta, portanto, esta intervenção relativamente a este ponto, eu queria fazer uma pergunta muito simples ao Senhor Presidente: Qual é a estratégia de investimento para o futuro no Concelho de Nelas? Por onde é que vai passar? Temos uma produção do rácio do investimento da representatividade do Investimento na Despesa Total do Município de Nelas e um aumento de Despesa com Pessoal. Não estou a ver aqui futuro para nós termos uma margem para podermos recorrer ao endividamento, para podermos, quiçá, comparticipar investimentos de grande envergadura no Concelho de Nelas. E na minha óptica, não é só na minha óptica, é na óptica da teoria orçamental, na óptica do Investimento Público, não há Investimento Público que não se faça com endividamento. Não há. Não há, até por um princípio de gestão orçamental muito básico, que é o princípio de gestão orçamental da divida geracional.

Portanto, o Investimento de médio e longo prazo tem que ser pago com capitais de médio e longo prazo por natureza de endividamento, ou de repartição, como dizem os demais, pelas gerações que fazem a gestão da dívida deste Investimento. Portanto esse é o primeiro ponto: Exposição e pergunta: Qual é o Plano de Investimento para o Concelho de Nelas no futuro? E, por onde é que passa? Porque eu não estou a ver por onde é que vai passar.

E tenho um segundo ponto. E o segundo ponto e como também estamos a perspectivar o futuro, ainda existe um dado contabilístico atual. Eu não sou versado em Contabilidade. Mas, quando se gere uma Instituição, parece-me que há um dado, absolutamente fundamental que nós temos que ter sempre em consideração que são os pagamentos em atraso. Portanto a Lei dos Fundos Disponíveis e Pagamentos em Atraso diz que a partir dos 90 dias existe um pagamento em atraso.

Já por várias vezes, já por várias vezes não, até fui confirmar. Todas as vezes que se discutiram aqui Contas nunca vi um Relatório do ROC neste mandato a dizer: Não há pagamentos em atraso. Já pedi. O Senhor Vereador Artur Jorge até me entregou a lista aqui em mão. Mas, é assim: Eu gostava de saber em 2 pontos. O primeiro ponto é: O que é há de tão impeditivo no sistema contabilístico, ou no sistema informático da gestão contabilística da Câmara Municipal que não permita escrever aqui no Relatório do ROC nos pagamentos em atraso: Não há pagamentos em atraso. A não ser que seja porque há pagamentos em atraso e se houverem pagamentos em atraso, acho que era importante e de suma importância e relevância que na preparação para o ano de 2024, esta Assembleia Municipal fosse informada qual é que é o montante em dívida dos pagamentos em atraso e quem é que se deve em atraso. Estamos a perspetivar o futuro, é importante saber por onde começar.

Aquilo que o Relatório diz e bem dito é que: O Município, em 2023, cumpriu os critérios legais relativos aos pagamentos em atraso. Eu não sei o que é que isto quer dizer. Quer dizer que não existem? Ou quer dizer que existem e que não foram comunicados à DGAL? Não sei o que é que isto quer dizer. Como não sei o que é que isto quer dizer, vou substituir o Relatório e perguntar diretamente à Câmara Municipal: Existem pagamentos em atraso? Existem? Quais? Quantos? E como é que a Câmara Municipal está preparada para fazer face a isso em 2024?

Mas também não digo, não digo, portanto, esta presunção, não lhe vamos chamar presunção, mas esta dúvida relativamente a ser este Relatório do ROC é que, efetivamente, quer dizer que não há pagamento em atraso, tem em conta uma incongruência que eu encontrei entre a Informação do Presidente da Câmara e aquilo que é o Relatório do Orçamento de 2024, uma vez que existe aqui nos processos judiciais previstos com constituição de Provisões para 2024, existe um leque de processos judiciais que vêm referenciados no Orçamento, mas, portanto, param aqui na Ação Administrativa relativamente à Eurest, quando a informação do Presidente da Câmara, desta Assembleia, traz aqui, para além dessa, mais 4 ações judiciais, uma das quais é uma injunção.

Eu não meti centenas, nem milhares de injunções, mas meti algumas e sei que para meter uma injunção é preciso haver uma fatura e é preciso haver uma fatura não paga. E é preciso haver uma fatura, não paga há mais de 90 dias.

Portanto, Senhor Presidente, são essas as 3, as 2 questões que eu tenho, as 3 notas e as duas questões que eu tenho para lhe colocar.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Parece que há mais um pedido de intervenção, mais uma inscrição. Senhor Deputado Rui Costa, faz favor,

*O Senhor Deputado Rui Costa*:

- Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhora Vice-Presidente da Câmara

Senhores Vereadores.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Estimado Público.

Eu pedia só aqui uma nota muito breve que é para avivar a memória às bancadas que aqui estão.

E as bancadas que aqui estão, aprovaram, se calhar alguns Deputados não estavam, aprovaram Delegação de competência. E as delegações de competências, além de outras situações, englobam aumento de Pessoal afeto à Câmara Municipal. Portanto, é natural que os rácios, os rácios de Despesa com Pessoal aumentem.

Portanto, foram os Senhores que estão aqui nesta sala, que aprovaram esse aumento de despesa. Portanto, não venham para aqui dizer que esta Câmara aumentou a Despesa com Pessoal, quando foram também responsáveis no aumento desta despesa.

Surpreende-me, às vezes, determinadas coisas que enterram a cabeça na areia de um lado, levantam-na do outro. Meus Senhores, sejamos coerentes.

Eu não vi aqui nenhum Senhor Deputado votar contra esta delegação de competências. Se o tivessem feito agora podiam dizer: Estão a ver, eu no passado, eu no passado estive contra este aumento de Despesa.

Mas agora surpreendem-se, vêm para aqui. Desculpe lá, Senhor Deputado. E obrigado por me lembrar, pronto. Mas se calhar, o Senhor até poderia vir aqui falar sobre isto. Agora os outros não. Sejamos corretos. Sejamos corretos com a política que fazemos.

Não é só, quando nos apetece, viramos para o lado. Depois, metemos o papel assim à frente para não sermos vistos. Não. Sejamos corretos. Foram vocês que aprovaram esta Despesa. o aumento da Despesa do Pessoal.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor deputado, faz favor. Eu não estou aqui para coartar a liberdade de expressão de ninguém. Faz favor. O Senhor Deputado João Paulo, se quiser falar, também pode falar depois. Pronto, está bem, não há problema nenhum. Faz favor Senhor Deputado.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

É muito rápido. É só para lembrar ao Senhor Deputado Rui Costa, porque ele disse para nos lembrar que, de facto, é verdade que todos nós aprovámos as delegações de competências e trás aumentos de Despesa.

Mas, a delegação de competências também trouxe aumento de Receita. Portanto, temos que comparar uma coisa com outra para vermos se a diferença percentual aumentou, ou não.

Claro que é lógico que há-de haver mais Despesa, mas também há muito mais Receita porque me parece, mas a nível das Escolas, o Executivo não tem nenhuma Despesa a mais do que a Receita que arrecada. Ou, se tiver há-de ser muito tangente.

Portanto, não vamos agora aqui diabolizar a delegação de competências, com a qual eu não concordei nesse ponto. Mas votei, quando me disseram que era para votar a favor, votei, porque o que interessa é o que é o Executivo quer nessa situação e não o que é que cada um de nós pensa, porque, quando me garantiram que, de facto, a transferência de competências trazia, com transferência de Despesas, mas também trazia de Receitas na mesma proporção, mais ou menos.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado Senhor Deputado.

Então se dermos por encerrado estas intervenções dos Senhores Deputados, dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Então eu começava pelas questões levantadas pelo Senhor Deputado António Borges. Eu, depois, eventualmente, até este ponto poderia ter sido, se calhar, feito a apresentação do Orçamento e, depois, eventualmente, postas as questões. Mas está lançado como está lançado.

Eu, se não se importassem, vou respondendo às questões que me são colocadas e depois, até porque também, de alguma forma, estão relacionadas com o Orçamento.

E nesse sentido, o Senhor Deputado fala que há uma quebra, um bocado, com os anos Orçamentos, coisa, obviamente, assumido. Nós já tínhamos dito isso, inclusive nem em Assembleias anteriores. Nós tínhamos dito e falámos sobre o assunto, que houve e o documento do ROC, já lá vou antes de responder às questões todas. O documento dos ROC,s é claro sobre o que é o Controlo Orçamental, as melhorias evidenciadas, no que é a diminuição do endividamento, no que é a questão da gestão do Orçamento Municipal e do Controlo Orçamental também. E, portanto, foi isso que nós nos propusemos fazer e isso que está a ser executado, embora também, obviamente e já lá vamos, no que são as Despesas Correntes.

Já vieram cá falar. Até o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva falou nisso, eu já lá irei. O Senhor Deputado Rui Costa também falou nisso. Mas, é assim: Despesas de Pessoal. Senhor Deputado Augusto Borges da Silva. O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, sabe que no verão de 2021, o anterior Executivo propôs a consolidação de 51 Funcionários. Sabe qual foi o impacto que isso teve em termos de Despesa com Pessoal? Eu vou-lhe dizer: 380.000,00 euros a mais no posicionamento. Estamos a falar de 380.000,00 euros.

Deixe-me dizer-lhe que, independentemente disso, temos as alterações de posições remuneratórias que a Administração Central que as propõe sem a devida almofada financeira, mas propõem-nas. E, portanto, a Administração Central faz e as Autarquias têm que as implementar, com valores de 62.291,00 euros aos aumentos da remuneração da Função Pública que têm uma repercussão no universo dos Funcionários da Autarquia, dos Colaboradores, de 237.992,86 euros.

Dizer-vos o quê também? Nos aumentos nas Escolas, o Professor Borges também falou há pouco disso nos Contratos a Termo Incerto. Aumentou, com muitas das questões que na delegação de competências não foram consignadas, nomeadamente, na concessão de apoios para Assistentes Operacionais para algumas Necessidades Educativas Especiais que nunca foi feito isso desde a delegação de competências e a Autarquia assume. Que, de facto temos feito, temos feito um concurso direccionado para tornar o processo ainda mais claro e transparente.

O que nós temos hoje em dia é um concurso que foi feito. Há uma Bolsa de Funcionários, devidamente, elencada, com um Júri, com a posição de cada um, clara e transparente. Obviamente que houve um aumento do número de alunos. O que também é um dado positivo, muito graças à Comunidade Migrante que nós temos no Concelho. Mas há um aumento exponencial. Quando se fala em estabilidade e a estabilidade foi uma questão que as escolas nos pediram para o bom funcionamento, porque anteriormente as substituições eram constantes e deixava alguma instabilidade nas Escolas, foi esta questão.

Estabilidade faz com que, por exemplo, atualmente, em vez de recorrermos ao s CEI,s, ou às substituições temporárias de 2, ou 3 meses, nós fazemos com que os Colaboradores da Autarquia, recrutem nessa bolsa, funcionem durante o ano Letivo, o que dá uma estabilidade imensa à Comunidade, claro e aos Agrupamentos e às Escolas. E foi um pedido das Escolas e dos Agrupamentos.

Nós não vemos isto como uma Despesa. Vemos isto como um Investimento. A Educação, claramente que é um Investimento. Da mesma forma que, ao abrigo do que são os Projetos da Promoção do Sucesso Educativo, por exemplo, nós reforçamos uma sala em Canas de Senhorim, no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim em que há alunos com Necessidades Educativas Especiais e criámos, por proposta nossa, em consonância com o Agrupamento de Escolas de Nelas, uma sala também para alunos com Necessidades Educativas Especiais

E, portanto, este apoio todo individualizado, a Autarquia tem dado sempre a resposta e, obviamente, que tem os seus custos. Mas o custo aqui não é uma Despesa, mas, naturalmente, um apoio ao que é o funcionamento do nosso Quadro.

As Aposentações do Quadro, 28.672,00 euros. As Aposentações da delegação de competências, já lá vou, 9.590,00 euros. E os impactos das mobilidades, portanto, os impactos das mobilidades são mais mensuráveis agora, porque nós tivemos mobilidades que foram consolidadas em 2021, com repercussão direta em 2022. E outras em 2022, mais sensivelmente em setembro e que teve a implicância agora direta mais em 2023. Portanto, mesmo com os mapas e vocês vão ver isso, que está aí nos mapas e que está no Orçamento, nós, por exemplo, nas Despesas com Pessoal para 2024 temos 7.418.522,41 euros. Sendo que das Despesas da Câmara são 5.673.921,98 euros.

E a Despesa com a delegação de competências, 1.744.600,43 euros. Quer isto dizer o quê? Com a Despesa com a delegação de competências estamos à volta 1,8 milhões de euros. Obviamente que aumentou o valor dos custos com o Pessoal porque passaram para a Autarquia 91 Colaboradores, ou 91 Funcionários do Ministério da Educação para a autarquia.

Em abono da verdade que a remuneração com o pagamento é feita através do que está estipulado na delegação de competências. Mas e este mas, faz toda a diferença, neste momento, reportado à DGESTE, reportado à DGAL, reportado ao Ministério, reportado aos Grupos

Parlamentares, nós temos um défice do que deveríamos receber, do que realmente recebemos, de 420.000,00 euros negativos. Desde a delegação de competências em 1 de abril de 2022 até agora, estamos com um défice de cerca de 420.000,00 euros até novembro de 2023.

Acrescentando a isso, tivemos que fazer uma alteração orçamental específica para procedermos ao pagamento do subsídio de férias do pessoal da delegação de competências. Havia gente que, inclusive, nos dizia: Então, mas não temos que os pagar? Vamos remeter essa responsabilidade. Houve alguns conselheiros. Há aí em todo lado, conselheiros para isso. Se isso é da delegação de competências, devolvemos a delegação de competências e, eventualmente, não fazemos esse pagamento.

Não podemos fazer isso. Os Funcionários são da Autarquia. Há maneiras para resolver essas questões. Obviamente isso não podia estar em cima da mesa. Mas, em abono da verdade, Senhor Deputado, são 420.000,00 euros a menos. E estão reportados e contabilizados, que nós não recebemos desde a delegação de competências que foi feita, com este ano a agravar-se.

Os meses não estão todos tipificados, independentemente, nós falámos nisso. As atualizações, os posicionamentos contratuais, tudo isso. Não está lá. Os Seguros não estavam, embora nós falássemos sobre isso.

Há uma boa medida para isso, em abono da verdade, que é a partir de 1 de janeiro de 2024, a ADSE ser comparticipada e, portanto, não é uma responsabilidade directa dos municípios, a sua comparticipação. Mas o que nós temos vindo aqui a falar, este aumento tem expressividade grande no que é, essencialmente, a delegação de competências com um valor em si, 1,8 milhões de euros e com o défice de transferência financeira para o pagamento, para o pagamento de vencimentos de cerca de 420.000,00 euros.

Dizer-vos ainda que há uma diferença, que é quase um paradoxo, se calhar na vossa, na opinião, no senso comum, que nós em 01/01/2023 tínhamos 231 Trabalhadores de Quadro. Atualmente, temos 216. Foram 15 saídas, 10 Apresentações, 3 saídas da Autarquia e, infelizmente, dois colaboradores qu faleceram e deixaram de pertencer aos Quadros da Câmara. Mas o que nós tínhamos é que com menos 15 Colaboradores, eventualmente, nós poderíamos descer o que é a Despesa do Pessoal da Câmara. Mas não se esqueçam da da parte do posicionamento remuneratório, dos aumentos da Função Pública, do impacto das mobilidades e particularmente, esta questão do contrato a termo incerto que nós fizemos de dar estabilidade também às Escolas

E isto tudo é o que valida, digamos assim, o que serão, de algum modo, o que o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva falava das Despesas Correntes. São estas sim e tem a ver com as consolidações e com esse impacto muito grande que teve, quer na forma como acrescenta quase 400.000,00 euros à Despesa acrescida e a agora o SIADAP, com os posicionamentos remuneratórios, as notícias vocês, também acompanham no Orçamento de Estado, vão recuar ainda e vai ser mais fácil a parte do SIADAP. O SIADAP, cujas habilitações, até depois de se atingir o valor posicional, sobe de posição, tem um, tem novo posicionamento remuneratório, tem, logo, mais remuneração. Estamos a falar de um conjunto de circunstâncias em que tem a ver com 3 ou 4 coisas essenciais: Uma, atualização de remuneração da Função Pública, posicionamento. Já não falo da actualização do subsídio de almoço. Mas depois é expressivo quando se tem um universo de 400 e muitos Colaboradores. Com uns e com outros. E depois também aqui, que não deixa de ser importante, a questão das consolidações, o impacto das consolidações que teve um impacto muito grande. A constranger mais o que é a gestão financeira da Autarquia, o facto da transferência de competências nos ter, neste momento, um saldo negativo, digamos assim, -420.000,00 euros.

Sobre a estratégia de investimento, Senhor Deputado, se não se importasse depois, quando eu falasse do que são as Grandes Opções do Plano, falaria sobre isso depois se o Senhor Deputado quiser questionar, se não se importasse seguiria esse alinhamento do onde, o qual e quais são as linhas orientadoras, digamos assim.

Em relação à segunda questão, sobre a questão de pagamentos em atraso, foi-lhe facultado aquele documento. O documento que nós temos reporta o que diz o próprio documento do ROC. E o incumprimento, mesmo no próprio Relatório, diz que ele não existe e não existe.

E sobre os processos judiciais, dizer-lhe duas coisas que têm a ver com o que o Senhor Deputado falou dos processos judiciais, das duas injunções. Uma delas tem a ver com, julgo até que o Senhor Deputado até o conhece. Saberá quais são, eventualmente, as injunções. Uma delas tem a ver com um fornecimento que foi feito sem procedimentos no anterior Executivo. Está em sindicância. O fornecedor deste serviço foi informado sobre isso.

A Autarquia disponibilizou-se que mal houvesse a pronuncia, que ainda não houve da IGF sobre PF sobre a questão da Sindicância, que estaria disponível, naturalmente e depois falar e reunir para o efeito. Fez o que naturalmente achou por bem. Achou que não fazia sentido e está a história da Sindicância. A outra tem a ver com o Mercado Municipal numa questão em que nós achamos que não tem absoluta razão absolutamente nenhuma e vamos ser resolutivos quanto a essa matéria.

Sobre o Professor Borges, levando aqui, posso começar, eventualmente, até eventualmente pela Avenida João XXIII e pelas obras dos Centros de Saúde de Nelas e de Canas de Senhorim. Eu julgo que o Senhor Deputado António Borges falou aqui na actualização de valores mais 200.000,00 euros nas Requalificações. É isso? Pronto, mas é por uma boa notícia, julgamos nós. Os projetos originais contemplavam os valores como vocês sabem, isto tem a ver com o edificado e o metro quadrado. As disparidades entre o valor, lembro, por exemplo, fomos bastante questionados porque os valores são diferenciados entre a USF de Nelas e a USF de Canas de Senhorim. O cálculo é feito ao programa de que é.

Peço desculpa, então retomava a dizer na questão dos custos, dos custos não, dos valores que são consignados para a Requalificação das duas USF,s tem a ver esta disparidade com os metros quadrados do edificado. Obviamente, como a USF de Nelas têm também acoplado o Centro de Saúde tem um espaço, uma área muito maior. E, portanto, é esse, portanto, o metro quadrado é rigorosamente igual. Aqui estamos a falar só de uma questão da área. Estes 200.000,00 euros, o que é que têm a ver? Tem a ver que no Projeto original tinha ficado de fora uma das partes do Centro de Saúde de Nelas, em particular, onde estava a Unidade de Cuidados Continuados com a Santa Casa da Misericórdia e nós acrescentamos isso a quando da visita do Adjunto do Senhor Ministro da Saúde, que está com o processo da delegação de competências na Área da Saúde e uma das questões que nós colocámos era esse espaço também o queríamos ver requalificado e, portanto, incluído. Há o compromisso do Ministério da Saúde de fazer essa inclusão no orçamento e, portanto, dessa forma, o que nós temos aí é precisamente essa questão.

Sobre a Avenida João XXIII, a Avenida João XXIII tem um, vamos falar depois mais tarde no financiamento, mas, se calhar aqui aproveitávamos para fazer sobre isso. A Avenida João XXIII tem um financiamento e tem, como qualquer empreitada que acaba agora no Quadro Comunitário, o período de 31 de dezembro de 2023 para ter a obra física e financeiramente concluída. Embora também seja possível e legalmente é possível fazer isso, fazer com que o que seja em termos de empreiteiro, no que concerne às matérias e aos equipamentos utilizados, poder ser feito uma regularização de maneira a que possa a candidatura estar devidamente salvaguardada. E, portanto, é isso que nós estamos aqui a fazer. Ou seja, salvaguardar de forma a

que esteja consignado tudo o que estava na empreitada e que o Município não seja lesado em termos do que seja devolver Fundos Estruturais.

E é por isso também que vem aqui o empréstimo para regularizar essa componente. Mas isso está devidamente salvaguardado porque é um mecanismo que a Lei permite e, naturalmente, foi utlizado para salvaguardar essa questão.

Sobre o Orçamento empolado, Senhor Deputado, nós, pelo menos, há uma narrativa que vem de há vários anos e, portanto, vamos, vamos dizendo sobre isso. Nós achamos que não e já lá vou.

Na Aquisição a Fornecedores de Bens e Fornecedores de Bens e Serviços, havia aqui uma questão que, se calhar, eu aproveitava antes de falar do Orçamento, que é capaz de também fazer sentido. Quando nós falamos da Aquisição de Bens e Serviços é uma player grande de rubricas e de contingentes que estão lá dentro referenciados. E alguns deles são aqueles que, à primeira vista, podem não estar assim na nossa memória.

Mas, por exemplo, nós estamos a falar, acontece com todos, não é só connosco, mas o período pós-COVID-19 trouxe dificuldades com matérias-primas que deixaram de existir com regularidade, com o aumento do custo das matérias-primas decorrente disso. Tivemos a guerra da Ucrânia, que aumentou exponencialmente os valores, particularmente o gás, tudo o que tenha a ver com a parte energética teve um aumento muito grande. Tivemos uma inflação, como já não tínhamos há décadas. E, portanto, tudo isso é uma influência grande no custo de vida, nas matérias-primas e nos custos gerais. E, portanto, o que era antes, os Senhores de Junta também saberão isso bem e os Senhores Deputados também e os Senhores Vereadores, mesmo os do Executivo e os da Oposição, porque já tiveram que gerir financeiramente essas questões. O que antes, num fornecimento contínuo de cimento, de areia, de betuminoso, que tinha um custo, agora tem um custo a exponencial.

Mas não é só isso que estamos a falar. Há aqui coisas também importantes, como por exemplo, as refeições escolares. As refeições escolares aumentaram muito significativamente. E ainda bem que é um Acordo Quadro no âmbito da CIM, onde os Municípios podem, de alguma maneira, não perder ainda mais do que é a margem de manobra. E também aí a comparticipação não é na totalidade. Portanto, nós fazemos uma aquisição para as refeições escolares e o que o Ministério nos dá é uma comparticipação. Mas o Município é muito do que é isso, também tem uma quota-parte do que é o seu Orçamento e bem.

Mas aumentou significativamente, quer as refeições escolares, os transportes escolares e voltamos outra vez aqui. Os transportes escolares têm sido uma guerra. Na CIM estão com dificuldades em fechar, desculpem assim, os contratos com as transportadoras para fazer os transportes escolares. Não é uma coisa particularmente fácil.

Os combustíveis também sabem. A iluminação pública subiu grotescamente. Não tenho pejo em utilizar o adjetivo. Subiu grotescamente. Para ficarem com uma ideia, neste momento, nós, com a EDP, nós e qualquer município, a EDP só aceita contrato de 6 meses. Com a variação homóloga da inflação e com o aumento do custo, a EDP não quer perder dinheiro e fazer contratos de um ano, ou dois anos, plurianuais. Isto é para verem como está.

E, portanto, aí, nessas questões todas da iluminação pública, no saneamento, nos resíduos sólidos, na recolha. Na recolha de resíduos sólidos, eu, se calhar, politicamente, será incorreto, se calhar o que eu vou dizer. Mas da recolha de resíduos sólidos, atualmente estamos a falar de um aumento muito significativo. E que ainda não há uma obrigação legal, como na água. Na água, obriga a ERSAR a termos as taxas de recuperação, no mínimo, 90% do que nós cobramos e do que nós recebemos, aliás, do que nós pagamos e da Receita que nós temos que obter. No

saneamento, muito provavelmente, é uma questão de tempo, mais cedo, ou mais tarde e vamos ter que fazer isso. Com as novas, nós estamos incluídos no Planalto Beirão, como sabem. E com os investimentos da obrigatoriedade da União Europeia, com todo o investimento em curso, o que é a prestação para o Planalto Beirão, subiu exponencialmente.

E, portanto, é normal que isto tudo se reflita aqui. Nós até fizemos isto, item por item desde, por exemplo, nos Projetos, Estudos, Pareceres, Projectos de Consultoria que podia haver aqui uma polémica, os valores que estão cá consignados dos cento e pouco mil euros, já lá vamos, é porque para projetos que nós já estamos a avançar. Por exemplo, vou-vos dar um caso tão simples como este: A Requalificação, a candidatura para, toda a gente concorda, tanto das Escolas, como das Unidades de Saúde Familiar, tiveram um custo enorme e tivemos que fazer um novo Projeto porque aquilo depois vinha com a Lei da Eficiência Energética. E teve que se fazer uma reavaliação do Projeto e uma readaptação do próprio Projeto.

Mais tarde, já depois submetido, foi a própria ARS do Centro a dizer-nos que, afinal, ainda tínhamos fazer mais uma Adenda ao Projeto. E nós sempre a pagar, nós, Câmara, sempre a pagar, por causa do da higienização e das salas, que tem a ver com os curativos e isso e tinha que haver uma sala especial. E nós temos que pagar isso também, nós, Câmara, obviamente. E, portanto, o que nós estamos a falar aqui é um acréscimo disso tudo, além do que nós também espraiamos do que possa ser o futuro e já lá vamos.

E, portanto, de alguma maneira, aqui na eletricidade, no gás, nos combustíveis, nas matérias-primas, nas peças para viaturas, há aqui uma quantidade grande de aumento, que deriva, digamos assim, deste aumento que está perfeitamente justificável dessa, dessa forma.

Deixar cair, praticamente, tudo o que vem do executivo anterior e do Orçamento não definido. Não é bem verdade, Senhor Deputado António Borges. Em abono da verdade, este mandato tem a ver com a primeira metade do mandato foi com a execução de empreitadas que que vinham dos Executivos anteriores, por um lado.

E, por outro lado, a manutenção de um outro Projeto mais estruturante. E, se calhar, o da APR e nós estamos aí já, podemos depois antecipar, também vem aí na Ordem de Trabalhos. Na APR temos uma questão também tão simples quanto isto: A APT, que são as Águas Residuais Tratadas para Fins Industriais, às quais nós acrescentámos uma outra componente, que nos parece bem, para aproveitar em termos de Proteção Civil, para bocas-de-incêndio, em termos do que possa ser utilizável para regras agrícolas, inclusive para água para alimentação de animais e de apoio à agricultura e, em particular, à fileira da Vinha e do Vinho, aos nossos Produtores, à agricultura. E, portanto, há essa possibilidade, à lavagem dos espaços públicos. E isso foi acrescentado, independentemente da APR, nós nunca a deixamos cair e foi andando.

Agora, se nós nos assustámos com um valor que está a APR? Sim. Nós já falámos aqui e já falámos em Reunião de Câmara. Neste momento, estamos em 3,4 milhões de euros. Deste 3,4 milhões de euros, com um financiamento que havia, foi completamente invertido. O financiamento que nós temos e agora aumentado, eram 850.000,00 euros, o financiamento. Não chegava a 900.000,000 euros. E nós, depois de termos o compromisso da APA, que ia contribuir com mais 1 milhão de euros, nunca veio esse compromisso da APA.

Depois a APA, afinal, disse que já não podia ser 1 milhão de euros porque não tinha competência legal e que podia só ser através do Conselho Directivo, até 260,000,00 euros. Nem os 260.000,00 euros depois acabaram também por não vir. E neste momento o que nós temos é um financiamento que foi, em abono da verdade, também com o PO SEUR e com a Senhora Ministra da Coesão, a Professora Ana Abrunhosa, aumentado para 1.200.000,00 euros. Mas, em contrapartida, se vocês forem ver, faltam 2,2 milhões de euros.

Aprovámos um empréstimo de cerca de 1,7 milhões de euros, mas há um diferencial que é o montante não comparticipado. E este montante não comparticipado não é passível de haver um empréstimo para ele, porque a empreitada já tem um empréstimo, não pode ter 2. Portanto, de onde é que vão ter que sair esses 500.000,00 euros? Obviamente do Orçamento do Município.

Obviamente, para acautelar isto, há um Memorando que a União Europeia fez, que permite que as candidaturas possam, obriga a que as candidaturas do PT 2020, a que tudo seja concluída física e financeiramente financeira até 31 de dezembro de 2023. Mas deixa em aberto que possam, há Autarquias a fazer isso também e nós deixámos neste caso concreto, já falámos nisso, a possibilidade da empreitada, apesar do tempo está como está e estarmos na altura em que estamos, mas aproveitar ainda algum financiamento que possa existir, de que possa migrar, de alguma maneira, o que é o PT 2020 para o PT 2030.

A obrigatoriedade que existe é o Município que não concluir a obra no âmbito do PT 2020, tem que depois fazer um novo Projeto para concluir a obra e tê-lo consignado no PT 2030. E nós temo-lo lá com um valor comparticipado superior ao que deste está lá. De alguma forma, salvaguarda e bastante o que é as finanças municipais e o futuro e a sustentabilidade da gestão financeira da Autarquia.

E, no que concerne ao que deixou cair, claramente, que não é não é esse o caso. Acho que a gente tem a ideia que é perfeitamente indispensável este Projeto a bem de nós, para nos libertar o que é o abastecimento do consumo humano e também do que é um Projeto que nós achamos que é dos poucos a nível nacional. Há um Projeto semelhante no Algarve. Mas é um projeto que nós gostaríamos, que tivesse tido um outro tipo de apoio, até a nível nacional, por ser um Projeto, um PIN, um Projeto de Interesse Nacional, para nós alavancarmos. E, portanto, esse Projeto está cá. Continua no PT 2030. Está nas GOP,s. Está no Orçamento, perfeitamente, consignado. E é, naturalmente para continuar.

Sobre o Orçamento, não definido, sim. Claramente da Escola Secundária, como falou o Senhor Deputado António Borges. Os 5 milhões de euros das diversas candidaturas são, precisamente, para isso. Portanto, é assim, é financiamento não definido, portanto, não conta com financiamento de 2024. É um financiamento não definido de forma a que, eventualmente, no momento em que nós estamos, com uma taxa de execução do PRR de 18% a nível nacional, ele tem que terminar em 2026 e é expectável, ou pelo menos, o que se diz é que possa passar para uma execução rápida para a CCDR,s que já vão ficar com o financiamento do PT 2030 e para as CIM,s e as Autarquias, em última instância. É o que se diz. Não quer dizer que venha a acontecer. Mas vamos ter que acelerar também essa questão porque em 2026 o Quadro Comunitário termina. E se não executarmos, vamos ter que devolver o dinheiro.

E, portanto, foi deixado esse espaço para tudo o que apareça. Qualquer coisa que apareça, como, por exemplo, apareceu agora há pouco e nós candidatámos as candidaturas a rendimentos acessíveis, que é um projeto que pegou e que nós candidatámos também. Nós e os Municípios todos. E que, grosso modo permite que nós possamos regenerar e requalificar a nossa malha urbana. E simultaneamente, há uma resposta a uma lacuna muito grande, que é a habitação. E particular com o investimento, com o investimento não, com a candidatura que foi feita com a aposta, em particular nas Freguesias. E em particular nas Freguesias mais periféricas e onde mais envelhecidas e com menos respostas em termos de habitação, que é generalizada, infelizmente. Mas também foi feita essa candidatura.

Essa candidatura vai ter que ser apurada, mas neste momento nós estamos a falar de um valor de 11 milhões de euros à candidatura. Não fomos nós. Então, mas vocês vão para uma candidatura só de 11 milhões de euros? Não, aquilo que está tabelado e o que nós fizemos foi o

levantamento e agora, obviamente, o que está é o IHRU que faz depois a consulta que vai fazer, vai analisar aquilo. Mas, em última instância, suponham que são 50% era aprovado. Tenho aqui os 5 milhões de euros do não definido também.

Nas Caldas da Felgueiras, admito uma coisa que também não deixa de ser importante. Há e já lá vamos depois às Grandes Opções do Plano, com a Requalificação da Zona Ribeirinha das Caldas da Felgueiras e da criação da Praia Fluvial. É assumido. Não é este valor na totalidade. Nós temos consignado outro valor no Orçamento de Estado, que tem a ver com uma candidatura da Renovação de Aldeias, que é uma candidatura que existe e que vai avançar outra vez em janeiro de 2024, com as GAL, neste caso, com ADD, como nós já fizemos também investimentos dessa natureza.

E, portanto, é essa que é a linha estratégia, que é o que lá está consignado. O que é da nossa parte da Renovação de Aldeias do Município vai ser candidatado até ao máximo dos 270.000,00 euros para a Requalificação da Zona Ribeirinha das Caldas da Felgueiras e da criação da Praia Fluvial.

Há também, no que são os Programas e eu aproveito o ensejo para isso, para vos convidar a todos a estarem presentes. Vai estar presente na próxima sexta-feira. Também foi assim uma coisa de última hora, que nós dissemos, obviamente que sim, o Senhor Secretário de Estado do Turismo, o Dr. Nuno Fazenda. Já o andávamos a convidar há muito tempo para visitar o território e, naturalmente, que tem Agenda. Tem muitos territórios e muitos concelhos para visitar. É normal. E disponibilizou-se a vir cá esta sexta-feira já.

Nós dissemos que sim. É tudo muito em cima para os convites. Os convites estão a sair agora. Nós sabemos isso. Mas não podemos é desperdiçar a oportunidade de ter cá o Senhor Secretário de Estado e, particularmente, ele venha fazer a apresentação, como vai ser feita. Convidar todos os agentes económicos, em particular quem funciona na fila do Turismo, a estar presente e saber quais são as linhas estratégicas, saber as linhas de financiamento para que possam, de alguma forma candidatar-se para esse efeito. E também é expectável que alguns dos financiamentos possam ser feitos nesses moldes.

O termalismo tem uma potencialidade enorme no nosso Concelho e nós deixamos isto aberto para essa possibilidade. O valor tem a ver com a possibilidade de haver candidaturas que também, havendo, possam ser feitas na área do PRR. E, portanto, é isso mesmo que aquilo é financiamento não definido. Mas fica, de alguma forma, salvaguardada.

As Contas do PT 2030, eu julgo que se há questão do PT 2030, até as áreas e as opções estratégicas, eu julgo que estamos de consciência tranquila porque fomos em quase todas as Assembleias Municipais fomos falando, quer das áreas estratégicas, quer o que é que nós iríamos incidir. Estão aqui, inclusivé, repercutidas no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano.

Obviamente que os valores que nós estamos a falar aqui é que estes valores já estão aprovados. O PT 2030 não está ainda, devidamente, assinado, nem formalizado, mas já está aceite porque é o bolo da CIM e de cada um dos Municípios. Portanto, Senhor Professor, eu acho que aí está.

O Urbanismo não aparece nada. No PT 2030 não aparece nada sobre Urbanismo. Antigamente, os Programas que havia dos PARU,s e para os PEDU,s para os Municípios de maior dimensão não aparece nada, embora nós tenhamos também feito essas exigências. O que nos disseram a nós é que virá através do PRR, como por exemplo, a candidatura que nós fizemos à Requalificação do Centro Histórico, do Centro Urbano, digamos assim, de Santar, que a candidatura foi em abril de 2022 e ainda não temos a resposta, nem afirmativa, como nós esperamos e acho que acho, acho não, tenho a certeza que todos nós ansiamos e desejamos, com

isso, quer com a possibilidade de fazermos outras requalificações urbanas. Inclusivé, uma que está aqui consignada em Canas de Senhorim com as chamadas Quatro Esquinas, ou as designadas Quatro Esquinas.

Depois, sobre a Aquisição de Bens e Serviços, acho que falei sobre isso. Eu, agora, falava então, na generalidade, uma forma muito rápida, também para não me alongar muito.

Sobre o orçamento só queria deixar duas, ou três coisas importantes. Um: Nós, ao longo deste tempo todo, foi dito que o Município andava, excessivamente centrado na parte das Contas, em particular, a questão da gestão financeira e das contas correntes.

Qualquer município, qualquer Executivo, tem que ter isso como ponto de partida, particularmente, com a situação financeira que nós tínhamos e que nos comprometemos a regularizar. E, portanto, equilibrar o que a gestão orçamental, equilibrar, o que é a execução orçamental e também a forma de termos o financiamento disponível, ou meios para nos podermos candidatar aos Quadros Comunitários, foi um compromisso.

Outro compromisso foi pagar a Fornecedores e, particularmente, aos Fornecedores locais. E isso também está consignado. Neste momento, o que nós estamos aqui a falar também é desses compromissos assumidos, inclusivé, também do que é honrar compromissos do que vinha do anterior, nomeadamente, com injunções, com processos judiciais que, entretanto, tiveram que ser, depois também acertados, nomeadamente, depois também com a gestão do que são todos estes Recursos Humanos que tiveram estes custos todos associados, com a opção que foi da sua mobilidade.

E tudo isto tem repercussões do que é a disponibilidade financeira da Autarquia e, verdade seja dita, não melhorou, melhorou, razoavelmente. Não podemos dizer que agora estamos bem. Também não seria correto, nem seria honesto e não seria, intelectualmente, honesto, porque, naturalmente, o que nós estamos a falar é dos constrangimentos grandes, como aqueles que referenciámos, nomeadamente com um hiato de uma Câmara qualquer e esta ter 420.000,00 euros a menos, só de uma transferência de competências, seria, perfeitamente, complexo para a sua gestão.

No que concerne à Saúde, também vamos ter também a transferência de competências.

E na Ação Social também com uma Técnica que vai funcionar e o RSI, mas já lá iremos depois também sobre essa componente.

Dizer-vos, então, que neste momento, sim, é um Orçamento que nós achamos que é um Orçamento daquilo que nós nos comprometemos realizar. Tem aqui, nos Investimentos Constantes, nas GOP,s, tem aqui muito do que é o que nós falamos, desde a APR, a Reutilização das Águas Residuais Tratadas, a Requalificação do Centro de Saúde de Nelas, que nós esperamos, tanto o Centro de Saúde de Nelas, como o Centro de Saúde de Canas de Senhorim, lançar a empreitada no próximo mês de janeiro.

Na APR, dizer duas coisas que também é importante. Uma: o Visto do empréstimo está visado pelo Tribunal de Contas. O que falta visar daí, o que aparece hoje para a Assembleia Municipal tem a ver com a empreitada, porque o Tribunal de Contas quer assegurar que há sustentabilidade financeira para transitar de um Quadro para o outro,

Estava eu a dizer com, em relação à Requalificação dos Centros de Saúde, depois das exigências de última hora do da ARS, já temos, então, preparado para, esperamos nós, iniciar em janeiro de 2024 a Requalificação dos dois Centros, do Centro de Saúde/USF de Nelas e da USF de Canas de Senhorim. Da Requalificação Energética nos edifícios do Município de Nelas. Da Remodelação da Rede de Abastecimento de Água da Rua Sacadura Cabral, Rua das Flores, Rua Luís Camões e Rua Afonso Henriques, em particular, aqui de um Projeto, que é um Projeto antigo,

de diversos Executivos. Está na discussão pública e na opinião pública já há muitos e muitos anos. E nós temos a candidatura no PT 2030 consignada para o abastecimento em baixa e temos um valor lá consignado de 700.000,00 euros, com comparticipação de 15%, que é o que prevêem os Fundos Estruturais. O que dá um apoio de 85.000,00 euros, que é o valor estimado para a empreitada, uma vez que nós não vamos substituir, só estamos a falar de uma questão de saúde pública, sim, de fibrocimento de substituição.

Mas estamos a falar também de quando se faz uma empreitada desta natureza, não pode ser feita só se não for uma empreitada de raiz e de fundo. Não podemos fazer, não podemos estar a falar ali de intervenções pontuais porque cada vez que nós vamos mexer no abastecimento de água vamos mexer nos ramais domésticos. Portanto, não se pode estar a fazer e partir e voltar a fazer outra vez de novo.

A empreitada vai fazer águas pluviais, saneamento, a conduta das águas, o enterrar do que são as telecomunicações também e o gás que fica, perfeitamente, também contemplado e, naturalmente, com as ramificações para uso doméstico e para os ramais domésticos. E algumas correções e aproveitar para fazer algumas correções que há de traçado de passeios onde não é possível circular, por exemplo, até por causa de questões que têm a ver com a escassa mobilidade. E esse Projeto já está contemplado no PT 2030 e, portanto, podemos arrancar com ele.

Ia, Senhor Presidente, estávamos a dizer isso, nós vamos apresentar o Projeto na próxima Assembleia de fevereiro de 2024.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado. Espero que tenha concluído.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Para terminar, só, além disto, destes projectos que nós estávamos aqui a falar, quer do IHRU, da habitação a preços acessíveis, a finalização do Projeto CAVES, aguardamos a publicação da Requalificação de Santar, a Requalificação das Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Mas também a Requalificação Urbana Industrial e particularmente, também uma parte que é importante, que foi, digamos assim, do que decorreu das reuniões com os Senhores Presidentes das Juntas da Junta, almofadamos com a compreensão dos Senhores Presidentes de Junta, deixe-me agradecer-lhe também que, de certeza, gostariam de ver mais e mais significativos investimentos nos seus territórios. Mas também perceberam que era apostar naqueles em particular, e foi esse compromisso que nós fizemos com os Senhores Presidentes das Juntas, que estão aqui contemplados, com os Senhores Presidentes das Juntas, com os Representantes dos Partidos com sede na Assembleia Municipal.

E diria que depois também no que é na Ação Social, não havendo ainda para, eu já vou terminar.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Já vai terminar. Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Não havendo ainda disponibilidade financeira no PT 2030, não há candidaturas para o efeito. No PRR ainda não houve para esse tipo de candidaturas que tem a ver com investimento na Área Social, mas também estão consignados no que possam ser, não sendo possível para já as ERPI,s, ou a construção dos Centros de Dia, mas através de Centros Comunitários Intergeracionais, que possam depois evoluir para Centros de Dia.

De uma forma Geral, Senhor Presidente, era isto que eu tinha para dizer.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Antes de pormos os dois documentos da votação, não se esqueçam do convite do Senhor Presidente da Câmara para sexta-feira estarem presentes na visita do Senhor Secretário de Estado.

A reunião pode ser interessante, portanto, não percam. E façam lá um esforço para vir. Não sei a que horas é que chega o Senhor Secretário de Estado.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Peço desculpa, a sessão é às 10:30 horas, aqui no Multiusos.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Dez e meia no Multiusos. Muito bem. Então, vamos pôr a votação os dois documentos. Quem vota contra? Um voto contra, com declaração de voto. Quem se abstém? Oito abstenções.

Então aprovado, por maioria, com 19 votos a favor.

Então, faz favor de ler a minuta da ata.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 - Discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2024, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 1 voto contra e 8 abstenções.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então, vamos proceder à votação da minuta da ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovada a minuta da ata por unanimidade. Ai, a declaração de voto. Também tem uma. Faz favor. Senhor Deputado António Borges, mas votou, ou não votou? Absteve-se, não foi?

Mas faz declaração de voto. Não tinha percebido. Na minuta, não. Absteve-se, mas tem declaração de voto. É isso, não é?

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Faz favor, Senhor Deputado João Paulo.

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra*:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Boa tarde outra vez.

Voto contra.

Este Orçamento expõe o que sempre a CDU foi denunciando quanto aos investimentos em bens e serviços essenciais, como a Educação e a Saúde que, ano após ano, os sucessivos governos se demitiram de o fazer.

Olhando para as Grandes Opções do Plano, o que se verifica é a Autarquia assumir as obras e os investimentos que deveriam ter sido feitos pelo Estado Central e à custa desses encargos adia obras e investimentos necessários ao desenvolvimento do Concelho e melhoria das condições de vida da população, como a mobilidade, o apoio ao movimento associativo e às freguesias, apesar do reforço, é ainda insuficiente, a rede pública de água e saneamento, a dinamização da atividade cultural e promoção do acesso ao desporto.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado António Borges faz favor de fazer a sua declaração de voto.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

- Senhor Presidente, vou apresentar a declaração de voto para justificar a nossa abstenção.

Não vou estar a lê-la, até porque os pontos mais importantes, já os explanei na minha intervenção. Vou só entregá-la agora para não estar a perder mais tempo, uma vez que a Agenda é muito longa.

Muito obrigado.

"Declaração de voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Ponto 2.7 – Discussão e votação das propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2024

Reunião ordinária da Assembleia Municipal de Nelas de 12 de dezembro de 2023

A apresentação e aprovação de um Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano é um passo da máxima importância para a governação de um município. Devem conter as orientações políticas fundamentais, a estratégia de desenvolvimento local, os programas, projetos e principais ações que a Câmara Municipal de Nelas prevê realizar em 2024.

O crescimento económico e a criação de emprego deverão resultar, sobretudo das dinâmicas de investimento privados, no entanto, as políticas municipais devem intervir ao nível da qualificação das áreas de localização empresarial e da promoção do território para a atração de investidores. É responsabilidade do Município concretizar intervenções relevantes em matéria de reabilitação urbana com forte investimento público que geram condições para alavancar investimentos privados. A criação de emprego, no sentido de conseguir criar uma dinâmica imigratória positiva, deveria constituir uma das principais prioridades do concelho.

Infelizmente, este orçamento para 2024 é o contrário de todas estas políticas: não apresenta nenhum princípio, nenhum objetivo, nenhuma estratégia ou ação que leve por diante um desenvolvimento sustentado e coeso do município. Pelo contrário, como agora se comprova e já tínhamos alertado na discussão do orçamento para 2023, este executivo não executa as obras já financiadas pelo anterior executivo, o que pode levar à perda de financiamento ou eventual devolução, considerando a execução dos quadros comunitários, bem como a desistência já consumada de projetos candidatados, aprovados e até já com concurso feito e consignados, como a Ciclovia da Variante de Nelas, o Sistema de Informação Digital de Nelas, a Modernização Administrativa dos Serviços Municipais, entre outros, prejudicando objetivamente o concelho.

Este orçamento também é muito tímido ou totalmente inexistente nas propostas de apoio às famílias, ao comércio local, na modernização administrativa, na transição digital, às empresas, ao sector social, no ambiente e em tantas outras áreas de intervenção. Por exemplo, quando se verifica uma crise no acesso à habitação, o Município assinou com o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, em Agosto de 2021, no âmbito da Estratégia Local de Habitação elaborada e aprovada pelo anterior executivo, um protocolo com apoio financeiro garantido em mais de 2,9 milhões de €, incluindo comparticipações a 100% em determinados projetos, que prevê a construção novas habitações, incluindo o apoio a obras em habitações com condições deficientes em todas as freguesias. De facto, desde esse momento não houve qualquer evolução com o executivo atual.

De realçar que continuamos a assistir ao anormal funcionamento desta Câmara que não consegue apresentar os documentos atempadamente, o que torna difícil uma análise técnica com rigor.

De uma análise mais substantiva ao Orçamento e GOP's para 2024, verifica-se que contêm contas empoladas, fantasiosas, pouco rigorosas, especula sobre as receitas de investimento para tentar justificar uma despesa corrente perigosamente descontrolável. Por exemplo, estima uma receita com a derrama de 750.000,00€, quando foi executada em 2022, 476.000,00€; estima uma receita com a água de 1.260.000,00€, quando executou em 2022, 827.000,00€; ou ainda com o saneamento: perspetiva uma receita de 675.250,00€, quando executou 201.000,00€ em 2022.

Este rumo errático, sem plano, nem controlo, está também evidenciado na falaciosa perspetiva de financiamento no PT2030, quando este executivo ainda não fez qualquer

candidatura ou projeto, e já inscreve em orçamento, uma suposta receita de cerca de 2.300.000,00€!

Também relativamente a algumas obras estruturantes para o concelho, nomeadamente a Área de Acolhimento Empresarial – ZI 1 Nelas lote 2, um investimento de 2.699.935,43€, totalmente financiadas e que já deveriam estar concluídas, encontrando-se paradas há dois anos, têm uma inscrição de somente 200.000,00€ no PPI para 2024. Ou também as obras para Reutilização de Águas Residuais Tratadas na ETAR de Nelas III, num investimento superior a 3.000.000,00€ com financiamento, e que não teve evolução. De facto, não temos dúvidas que vamos ter mais um ano de incumprimento. Este executivo dificilmente cumprirá face ao histórico na execução dos investimentos e não será por falta de condições financeiras (narrativa que já não é mais possível sustentar), mas sim, a sua manifesta incapacidade de gestão, num contexto favorável, que talvez não se repita nos próximos anos. Exemplo disso, é o que vem explanado na informação sobre a situação económica e financeira do primeiro semestre de 2023, elaborada pelos revisores oficiais de contas, em que é referido que este executivo só executou 17,41% de despesas de capital, e 12,46% de receita de capital. Taxas de execução reduzidas, que têm como consequência um concelho estagnado e sem investimento. Por outro lado, verifica-se o aumento na rubrica de fornecedores em 809.427,00€ (+98%). De facto, também muito preocupante, é o aumento avassalador das despesas correntes. Estas são já superiores a 60% na totalidade da despesa, sendo que em 2020 totalizavam 9.429.202,00€, perspetivando-se para 2024, 15.614.353,00€.

Assim, trata-se de um documento empolado e fantasioso, completamente desajustado da realidade, e que pelo historial dos últimos anos deste Executivo duvidamos da sua capacidade em cumprir com o seu próprio orçamento.

Deste modo, face aos argumentos expostos e respeitando a legitimidade democrática do atual executivo, os deputados municipais do Partido Socialista abstêm-se na votação.

Os deputados municipais do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Nelas:

- António Borges; Vera Faria; António Rui Nogueira; Isabel Gonçalves; Augusto Borges da Silva; Alexandra Monteiro; Conceição Sacramento Monteiro e Milton Duarte."

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

Considerando que ainda faltam 10 pontos e já estamos quase há 2 horas em sessão, eu interrompia a Assembleia para um intervalo de 5 minutos.

Assim, foi feito um intervalo de cerca de 5 minutos.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Senhores Deputados, vamos retomar os trabalhos.

Antes deste ponto? Faz favor. É sobre o quê? Sobre o Orçamento? Um requerimento.

Senhor Deputado António Borges, vamos lá.

Senhores deputados, então, antes de prosseguirmos com o ponto número 8, o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva pretende apresentar um requerimento à mesa. Faz favor

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva*:

- Senhor Presidente. Obrigado.

Sem me querer furtar às competências que são competências da Mesa da Assembleia Municipal, queria apresentar um requerimento ao abrigo do Artigo 29.º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 75/2013, nos termos do qual passo a expor o seguinte:

Tendo em conta que na intervenção que realizei relativamente ao ponto anterior, requeri

que fosse fornecida a esta Assembleia informação, via oral, ou outra que fosse considerada apropriada, de relação de divida a Fornecedores e eventual relação dos pagamentos em atraso e que a mesma não me foi concedida, em vinha requerer ao Senhor Presidente da Mesa que, no âmbito, das competências que o Artigo 29.º, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 75/2013, requeresse à Câmara Municipal que informasse, por seu intermédio, a Assembleia Municipal e os Membros da Assembleia Municipal, de uma relação de dívida a Fornecedores, por Fornecedor, com data de título justificativo do crédito, fatura, ou outro documento sustentável.

Portanto, remeto este requerimento à Assembleia, requerendo também que seja apreciado, imediatamente.

Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado, como deve calcular, eu não tenho esses elementos, nem tenho que ter como Presidente da Assembleia Municipal.

Eu vou requerer os elementos que solicitou à Câmara Municipal e depois, o que me for fornecido, enviarei aos Senhores Deputados. Talvez num prazo de 10 dias, 15 dias, 20 dias.

Vou requerer isso com a urgência possível. Faz favor.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva*:

- Senhor Presidente, em aditamento ao requerimento que ainda agora dispus, requeria que fosse no prazo 10 dias, por favor.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Dez dias? Senhor deputado, se me for facultado, enviarei a todos os Senhores Deputados. Exatamente, sem problema nenhum. Sim Senhor.

Pronto, então prosseguimos com a discussão e votação do ponto número 8, que é a Proposta de Reestruturação dos Serviços Municipais.

Dava, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, nesta fase, para melhor esclarecimento, para depois os Senhores Deputados colocarem as vossas observações, as dúvidas e os esclarecimentos que entenderem. Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Senhor Presidente, obrigado pela atenção concedida.

No que concerne ao ponto que tem a ver com a proposta de Reestruturação dos Serviços Municipais, decorre também de uma obrigatoriedade que tem a ver com a delegação de competências, seja na Área da Educação, que já está assumida, seja na Área da Ação Social, que também está assumida, mas tramita já em grande parte també para 2024.

O que estava até então era o Técnico da Ação Social, que é da Autarquia. A partir de 2024, o RSI, o Rendimento Social de Inserção passa a ser, digamos assim, coordenado pela Autarquia e implica, nós já falamos aqui também sobre isso, a partir do momento em que a Instituição que tinha essa responsabilidade, que era a Santa Casa da Misericórdia, prescindiu desse Serviço, a Autarquia achou por bem ficar, à semelhança do que os outros Municípios também estão a fazer, com o Rendimento Social de Inserção.

Nós, para não haver grande mudança, até porque é um Setor, particularmente, sensível, aproveitamos para manter a Assistente Social que vai fazer a parte da transição. Tem que haver um concurso, naturalmente, para ficar. Acompanha já o que é o Rendimento Social de Inserção desde a altura em que esteve até com outra IPSS, que era a Associação do Folhadal e já vem desse tempo para agora.

Resolvemos manter alguém que tem uma experiência quase de 11 anos, mais até de 11 anos, com este Serviço, manter essa experiência, uma vez que não quisemos mexer aqui para

manter o equilíbrio e não haver nesta transição desse Serviço qualquer problema. Como sabem, é contemplado ainda mais 2 Técnicos, pode ser um Psicólogo e um Assistente Social, ou 2 Assistentes Sociais e 2 Assistentes Operacionais.

O que nós estávamos a pensar era, nos Assistentes Operacionais ser já, eventualmente, alguém do Quadro da Autarquia para migrar, para o efeito e ficar de afeto ao Serviço. E, naturalmente, se se justificar, terão que abrir e é isso que também estão a falar aqui, os concursos, quer dessa Assistente Social, quer do outro Assistente Social, ou/e do Psicólogo.

Dizer também que na Área da Saúde e, nós, independentemente de não termos ainda assinado o Auto de Transferência, ou a transferência, até para começar o procedimento da Requalificação dos Centros de Saúde, vai ter que ser assinado, naturalmente e estamos a falar de mais 6 Assistentes Operacionais e, à semelhança da Educação, serão remunerados, esperamos nós que sem este hiato financeiro, mas 6 Assistentes Operacionais, 4 na USF de Nelas e 2 na USF de Canas de Senhorim.

Dizer-vos também que, naturalmente, que há uma ideia também de dotar os Serviços Municipais de Recursos Humanos em número suficiente. Como sabem, é um numero previsional. Há, nestes casos, em particular, um conjunto de Funcionários que nós, nomeadamente, temos uma componente nos Serviços Externos que está a precisar de ser reforçada porque tem gente já com uma idade razoável. Alguns com condicionalismos de natureza física e de saúde, que estão, devidamente, plasmados nos Relatórios Médicos e há necessidade de Funcionários que, de alguma forma, não foram sendo renovados para serviços que são importantes ser feitos.

Portanto, nós estamos a falar, por exemplo, temos a parte dos Jardineiros, temos a parte dos Calceteiros, de Carpinteiros. Só temos um condutor de máquinas fabuloso que nós temos que também convém ficar no Quadro, sob pena de o perdermos e não faz sentido.

Nós, além da renovação que temos que fazer nos Recursos Humanos, paulatinamente. Nós passámos de 231 Funcionários do Quadro para 216. E com o equilíbrio, o que nós fazemos é no sentido do que era o custo homólogo com esses Funcionários, não ser maior o que for com integração destes novos Funcionários, particularmente nesses Serviços.

Nós temos um parque automóvel e de maquinaria bastante degradado e que tem que ser reparado, paulatinamente. Nos Serviços elencados, por exemplo, adquirimos um cilindro novo que agora está a servir e em bom uso pelos Serviços Externos. Estamos, neste momento, a tentar encontrar o que possa ser uma oportunidade de adquirir uma moto niveladora, que é investimento administrativo. É um equipamento que os Serviços há muito anseiam, há muito esperam e dizem que é decisivo. Os Serviços, no equipamento, nós dissemos que não era possível, se calhar, renovar tudo como é desejável pelos Serviços e por nós próprios e por toda a gente. Mas foi o que se resolveu. Os Presidentes da Junta também disseram que era o mais adequado, a Proteção Civil também. Uma motoniveladora nova custa 400.000,00 euros, sensivelmente. Anda entre os 360.000,00 euros, 380.000,00 euros, 400.000,00 euros.

É possível adquiri-la em segunda mão em bom estado por um valor inferior e que tenha um plano de pagamento razoável. E é isso que se está a tentar ser feito. Depois, obviamente, de termos esse equipamento, nós não podemos dizer que não se faz porque não havia esse equipamento, ou as máquinas, digamos assim. E, depois há as máquinas e não há quem as operacionalize, quem as manobre. Portanto, estamos a falar, em grosso modo, dessa questão e dar resposta aos novos quadros de competências.

Para ficarmos com uma ideia, era aquilo que nós estávamos a falar, o Agrupamento de Escolas de Nelas tem 66 postos de trabalho ocupado, dos quais, 50, do Quadro da Autarquia, da delegação de competências e 16 a contrato incerto, que são os que o Município de Nelas apoia

para o funcionamento. O mesmo em Canas de Senhorim, que são 52 postos de trabalho, dos quais 40 do Quadro de Competências.

Também está salvaguardada esta questão, que o Agrupamento também nos colocou, tem que estar salvaguardada essa possibilidade, é um mapa previsional, como é óbvio, onde ambos os Agrupamentos prevêem postos trabalhos novos. Doze no Agrupamento de Escolas de Nelas e 13 no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, para dar resposta aos rácios estipulados pelo Ministério da Educação. Há rácios e quando há rácios, pode haver, ou não, aumento de Funcionários? E a necessidade de substituição por ausências de Funcionários e algumas Aposentações que também se tem vindo a verificar.

E, portanto, grosso modo, era isto que eu gostaria de introduzir para este ponto.

Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado. Então, antes de propor a discussão e votação, os Senhores Deputados pretendem mais alguns esclarecimentos sobre este documento de proposta? Pretende? É do ponto 8. É a Proposta de Reestruturação dos Serviços Municipais. Quer intervir? Faz favor.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

- Sobre a minha dúvida é que pareceu-me que o Senhor Presidente passou do ponto 8 para o ponto 9 e eu fiquei baralhado.

Mas no ponto 8 eu tinha aqui umas perguntas a fazer, uma pergunta. O Senhor Presidente focou o ponto do RSI, que passava para a Autarquia e que vinha a Assiste Social. E para onde é que iam os outros Elementos da Equipa? São dispensados? Era isto.

E o mesmo acontece no Centro de Saúde. Há Operacionais que estão lá e que, com certeza, que se transferem também. Para onde? É que fiquei com a ideia de que precisávamos de novas pessoas.

E, já agora que estou a falar desta situação, esta reestruturação, que prevê mais uma Unidade Orgânica. É para estes para estes campos? Ou é outra coisa qualquer? É criada uma Unidade Orgânica nova? Havia três Unidades Orgânicas. Depois, apareceu mais uma. Há 4, com a Proteção Civil. Mas agora há mais uma.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor de esclarecer.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Então, mas eu acho que percebi o que o Senhor Professor Borges estava a explanar. Portanto, um: Sobre a questão da Equipa do RSI. De qualquer maneira, nós dissemos isso. Vai ter que haver concurso na mesma porque mesmo quem vem da equipa da Santa Casa da Misericórdia, vai ter que ficar, numa primeira instância, numa Prestação de Serviços com a Autarquia e vai ser aberto o concurso porque o vínculo que tinha era com a Santa Casa da Misericórdia. E, portanto, não transita de uma IPSS para a Secção Pública.

Nas Escolas é diferente, é Pública. E as duas Assistentes Operacionais, a Santa Casa da Misericórdia fica com elas porque já eram Funcionárias da Santa Casa. Mas obriga que a Autarquia, obriga não. A Autarquia pode até prescindir se acharem que não há necessidade, ou bastar só uma. Ou alocar um Recurso Humano que já exista para esse Serviço, pode ser feito. E foi aquilo que eu falei há pouco, que é a possibilidade de haver a candidatura, ou a abertura de concursos para mais um Assistente Social e mais um Psicólogo para fazer a Equipa, uma vez que o Psicólogo, a Santa Casa ficou com um deles. Integrou nos Serviços. E um outro foi para um Serviço num concelho vizinho. Portanto, tem a ver com isso.

Da Saúde, para complementar, é o mesmo. Temos 4 AO,s. Nós temos lá Funcionários que são remunerados pelo Município, tanto em Canas de Senhorim, como em Nelas. O que nós vamos fazer agora são os concursos depois também na mesma porque obriga a que seja feito um concurso novo de AO. Mas, naturalmente, depois, muito do que está a funcionar durante estes anos tem vantagens, mas tem que ser feito o concurso.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então não havendo mais pedidos esclarecimentos, íamos pôr a proposta a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Nove abstenções, das Bancadas do PS e da CDU.

Então a proposta foi aprovada por maioria de 19 votos a favor e 9 abstenções.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 – Discussão e votação da Proposta de Reestruturação dos Serviços Municipais foi posto à discussão tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Então vamos pôr a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Então aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto número 9. Aprovação do regulamento da organização da estrutura de serviços. Portanto, é um Mapa de Pessoal. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer alguma disposição introdutória sobre o documento. Basta reportar-se para o documento.

Há algum pedido de esclarecimento, além daqueles que o Senhor Presidente da Câmara já prestou inicialmente ao dizer que neste momento temos 216 Funcionários? Houve uma redução. E 118 são das novas competências.

Portanto, ninguém quer nenhuma informação. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovado por maioria de 19 votos a favor.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 – Discussão e votação do Mapa do Pessoal para o ano de 2024 foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então vamos votar a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovada a minuta, por unanimidade.

Ponto número 10 da Ordem de Trabalhos - Discussão e votação da alteração número 15 ao Orçamento da Despesa para 2023. Faz favor, quer fazer uma introdução?

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Obrigado Senhor Presidente pela atenção. Nós, inclusive, no decorrer do que estivemos a falar hoje sobre o sobre o Orçamento, abordámos esta questão.

Aqui, esta alteração tem que vir à. Assembleia Municipal porque é uma prerrogativa do Tribunal de Contas, que tem a ver com aquela parte que eu falei da APR, da reutilização da água. Ou seja, o que nós fizemos foi, nas PPI, ficar consignado que a Autarquia, em última instância, tem capacidade financeira para a concretização da empreitada.

Enquanto no PT 2030, o que está lá consignado não é aprovado, embora não esteja, mas não está, formalmente, aprovado, o Tribunal de Contas exigiu-nos que fosse aprovado em Assembleia Municipal a aprovação, que já foi aprovada em Reunião de Câmara este documento sobre o PPI, de maneira a que se fique, em 2024, consignado o valor. Que, começando ou não, a

obra em 2023, que há disponibilidade e fundo financeiro para a concretizar e para a realizar. Basicamente, é só isso. Falámos disso há bocadinho.

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, alguns dos Senhores Deputados se quer pronunciar sobre esta alteração?

Não, então vamos perceber a sua votação: Quem vota contra? Um voto contra. Quem se abstém? Portanto, aprovado com maioria de 27.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 – Discussão e votação das alterações ao Orçamento Municipal n.º 15 e às Grandes Opções do Plano n.º 15, do ano de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado. Então íamos proceder à votação da minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Ponto número 11 - Discussão e votação da contratação de empréstimo EQ BEI Centro – 07-2316-FEDER-000285 – Requalificação da Av.ª João XXIII, em Nelas e espaço envolvente. Portanto, é um empréstimo de 236.000,00 euros. Prazo de 15 anos. Taxa de juro 1,564%.

Senho Presidente da Câmara, quer fazer alguma exposição sobre o assunto?

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

De qualquer maneira, para não no lugar também muito. Também acabamos por falar sobre isso no debate sobre a discussão do Orçamento Municipal. Dizer que a vantagem dos empréstimos da Linha BEI é, precisamente, a questão da taxa, do valor da taxa fixa. É uma pena, nos empréstimos, não poderem ser feitos todos desta forma até, particularmente, em contextos que estamos a viver.

A empreitada era uma empreitada do que havia também indicações de ser financiada. Tem uma comparticipação. E, naturalmente, que tem que a ver com que é a comparticipação da parte do próprio Município.

Nós, não no que foi no Mercado Municipal, a componente, digamos assim, da Câmara foi assegurada pela disponibilidade financeira da Autarquia. Estamos a falar de 220.000,00 euros, que foi em Trabalhos Complementares e em Trabalhos a Mais da empreitada. Ficou bem mais do que era o inicialmente previsto.

Em termos da Avenida João XXIII também houve uma parte da Tesouraria. Mas havia necessidade de fazer este empréstimo para conseguirmos concretizar, quer a parte também da empreitada, quer a questão que nós estávamos também a falar subjacente de termos a disponibilidade financeira para, ao abrigo do que são os pressupostos jurídicos que existem, que nos permitem fazer essa regularização financeira com o empreiteiro de forma ao Executivo, à Câmara não ter problema nenhum com este com este investimento e com esta empreitada.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Os Senhores Deputados querem pronunciar-se sobre a contratação deste empréstimo? Não. Então íamos pô-lo a votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção do Senhor Deputado João Paulo Guerra. Então, aprovado com 27 votos a favor e 1 abstenção.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 - Discussão e votação da contratação de empréstimo EQ BEI Centro – 07-2316-FEDER-000285 – Requalificação da Av.ª João XXIII, em Nelas e espaço envolvente, foi posto à discussão, no uso das competências previstas na alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o pedido de autorização para a contratação de empréstimo EQ BEI associado à candidatura CENTRO-07-2316-FEDER-000285 (REQUALIFICAÇÃO DA AV. JOÃO XXIII, EM NELAS E ESPAÇO ENVOLVENTE) com as seguintes condições:

a) Valor do Empréstimo: 236.026,94€;

b) Prazo: 15 anos;

c) Taxa de Juro: Taxa Fixa 1,564%;

tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então vamos proceder à votação da minuta. Quem vota contra? Quem se se abstém? Então, está aprovada a minuta por unanimidade.

Ponto número 12 - Discussão e votação sobre o Regulamento do Cartão Municipal do Cuidador informal. Senhor Presidente da Câmara, quer intervir?

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Rapidamente, sim, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Mais uma vez, obrigado pela atenção. O que nós estamos aqui, como o próprio nome está a dizer, é o Cartão de Cuidador Informal. É um Regulamento que é um apoio a muito Munícipe que, de alguma forma, até é um enquadramento sobre os apoios que devem haver e vêm para cuidadores informais, embora, por vezes, se calhar, muitos dos que são os Cuidadores a prestar os próprios cuidados.

Mas é uma forma também de haver aqui um apoio social com um cartão que possa beneficiar de algumas regalias e para, de alguma forma, nós reconhecermos e agradecermos também aos cuidadores informais que fazem um trabalho notabilíssimo em prol da nossa Sociedade.

Obrigado Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado. Os Senhores Deputados pretendem pedir alguns esclarecimentos? Não.

Então, iriamos pôr a votação este ponto número 12 da Ordem de Trabalhos: Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção do Senhor Deputado João Paulo Guerra.

Então, está aprovado por 27 votos a favor e 1 abstenção. Faz favor de fazer a declaração de voto.

*O Senhor João Paulo Guerra*:

Muito obrigado.

As reservas da CDU contra a proposta de criação do Cartão Municipal do Cuidador Informal devem-se, essencialmente, à omissão no regulamento sobre os produtos e serviços que quaisquer identidades, públicas ou privadas, devem ou podem disponibilizar para o guia.

Não se percebe qual a relação que esses produtos ou serviços têm com a atividade do Cuidador Informal. Não é claro se as identidades que venham a integrar o guia são ou não alvo de incentivos à adesão e qual a natureza dos incentivos ou apoios, se existirem.

Na opinião da CDU, o Regulamento é muito vago e, por isso, não o acompanhamos, embora não desvalorizamos a medida.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Senhora Primeira Secretária, faz favor de, então, ler o resultado.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.12 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento do Cartão Municipal do Cuidador Informal, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então vamos proceder à votação da minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Então, a minuta está aprovada por unanimidade.

Ponto número 13 da Ordem de Trabalhos - Discussão e votação do Primeiro Aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com a prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor de se pronunciar sobre o assunto.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Obrigado Senhor Presidente. Também fazer uma intervenção breve. Na documentação que têm aí, também não é novidade, porque nós falamos precisamente nisto, na Aquisição de Bens e Serviços, que há Aditamentos que ninguém gosta de os trazer. Mas é um Aditamento da CIM, dos 14 Municípios, no que foi na contratualização dos transportes de passageiros.

E, portanto, esse, diz Primeiro Aditamento. Esperemos que os aditamentos se confinem, ou circunscrevam ao Primeiro e não haja mais do que isso. Mas obriga também o que é o que foi aprovado nos municípios todos em que sufragado e validado a partir da altura em que é validado também aqui na Assembleia Municipal.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado Senhor Presidente. Os Senhores Deputados pretendem mais algum esclarecimento sobre este ponto? Não, então. Vamos proceder à sua votação: Quem vota contra? Um voto contra do Senhor Deputado João Paulo Guerra. Quem se abstém? Então aprovado com 27 votos a favor.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.13 – Discussão e votação do Primeiro Aditamento ao Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com a prestação do Serviço Público de Transporte de Passageiros celebrado entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Faz favor.

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra*:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

A CDU entende que, relativamente ao Serviço Público de Transporte de Passageiros, sendo uma responsabilidade partilhada entre o Governo e as Autarquias, nomeadamente através da PROTransp, o caminho a seguir é o de exigir o reforço de verbas provenientes do Orçamento do Estado para haver estabilidade do financiamento, independentemente da aprovação do OE a cada ano, como forma de mitigar desigualdades existentes no território nacional e de maneira a garantir

que mais e melhor oferta de transportes, caminhar para uma efectiva redução tarifária e alargar a gratuidade.

Consideramos que, quer a Autarquia, quer a própria CIM Viseu Dão Lafões têm estado mais disponíveis para sobrecarregar os Municipes com os encargos do que assumir uma posição reivindicativa junto ao Governo.

Nesse sentido, votamos contra.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado. Exatamente, então, vamos proceder à votação da minuta: Quem vota contra? Senhor Deputado João Paulo, na minuta não vota contra? Não. Quem se abstém? Então, está aprovado a minuta por unanimidade.

Ponto número 14 - Discussão e votação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a União de Freguesias de Santar e Moreira para requalificação do Parque Infantil, sito no Complexo Desportivo de Moreira.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor, tem a palavra.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Dizer que este Protocolo enquadra-se num empreendimento mais vasto, que é um compromisso também assumido pela Coligação, que tem a ver com a Requalificação dos parques infantis nos nossos territórios.

Nesta primeira fase há a requalificação de 4 parques infantis na Freguesia de Senhorim, que vai ao anseio do que é a Freguesia e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia almejava. E também o que o Executivo julga que faz sentido em termos do que é a fixação da população e os equipamentos para as crianças. Na Freguesia de Senhorim, estamos a falar de uma Freguesia que não tem Escola de Primeiro Ciclo, atualmente. Tem um Jardim-de-Infância

E, portanto, mesmo o Parque Infantil irá funcionar também junto ao próprio Jardim-de Infância enquanto lá estiver a funcionar o Jardim-de-Infância. Esta metida no PT 2030 a Requalificação da Escola do Primeiro Ciclo para mudar para lá o Jardim-de-Infância.

Mas, independentemente disso, este equipamento vai permitir às crianças, naturalmente, também terem um reforço para um espaço bastante exíguo e ganharem ali alguma qualidade de vida. E, isso também está a ser feito num Protocolo com a Paróquia porque obriga a intervenção da Câmara a que os equipamentos, ou que os terrenos, neste caso, a propriedade seja da Autarquia.

Além destes equipamentos, há um também nas Caldas da Felgueira, que está a ser implementado, que decorre de um Projeto a que depois nós acrescentámos.

Este de Moreira, que é também um compromisso que foi assumido com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia e com o Executivo da União de Freguesias Santar/Moreira e que merece toda a acuidade também.

Estamos a falar numa das freguesias, à semelhança de Senhorim e de Moreira, duas Freguesias muito periféricas, muito envelhecidas E a questão, agora, de alguma forma, com a particularidade do Movimento das Comunidades Migrantes que têm vindo em grande quantidade para o nosso território e se têm fixado. E é uma oportunidade soberana também termos equipamentos em Moreira para ver essa mesma questão que Senhorim, que não tem Escola do Primeiro Ciclo, além de que também não tem Jardim-de-Infância também. E, portanto, faz sentido que haja equipamentos para as crianças e que seja realizado.

Há ali questões depois técnicas, mas que são agilizadas com a União de Freguesias e a Autarquia. Mas o equipamento está disponível para que as nossas crianças também em Moreira tenham um espaço para poderem ser crianças.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Se os Senhores Deputados não pretendem outros esclarecimentos para além daqueles que foram prestados pelo Senhor Presidente da Câmara, iríamos pôr a proposta a votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovada por unanimidade.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.14 - Discussão e votação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a União de Freguesias de Santar e Moreira para Requalificação do Parque Infantil, sito no Complexo Desportivo de Moreira, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Então vamos submeter a votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovada por unanimidade a minuta.

Passamos ao ponto número 15 da Ordem do Trabalhos - Apreciação e votação da manutenção, no âmbito de intervenção do Município de Nelas, das competências previstas nas alíneas e), g), h), i), j), k), l) e m), do n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, ao abrigo do n.º 3, do artigo 2.º, do mesmo diploma legal.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor se tiver algum esclarecimento que queira prestar, agradecia.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Obrigado Senhor Presidente.

Tem a ver também com um compromisso assumido pela Coligação que visava dotar as Juntas de Freguesia com uma disponibilidade financeira maior com que era o habitual. Recordo que, no que era a Transferência Corrente para as Juntas de Freguesia, era um valor de 60.000,00 euros/ano. Depois, feitas a fefização entre as Freguesias, era feita essa distribuição.

Assumimos com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia esse compromisso e para 2024 é o filme objetivo de passarmos esse valor para o dobro, para 120.000,00 euros e já está consignado em Orçamento Municipal.

O valor está consignado em Orçamento Municipal consigna, precisamente, essa questão do dobro, dos 120.000,00 euros e o compromisso também que havia do aumento gradual em 2023, para 90.000,00 euros, obriga que o processo seja feito.

Houve Juntas que não concluíram o procedimento em termos do que é das Assembleias de Freguesia, que estaremos certos, serão regularizados agora já na Assembleia da Freguesia do que falta, agora de dezembro de forna a que seja possível fazer estes trâmites normais.

Primeiro, a Câmara diz que mantém o interesse em manter estas alíneas. Não mantém, mas mantém porque as Juntas de Freguesia não as querem. Mas, portanto, aprovamos isto agora e, em fevereiro, na Assembleia de fevereiro, aprovam-se as transferências para as Juntas. Solicito a quem falta concluir o processo que o entregue também porque queríamos fazer transferência para todas as Juntas, naturalmente. E, terá efeitos retroativos a partir de janeiro. E a Transferência para as Juntas será feita por duodécimos, como nós achamos que é a forma mais justa para estarem a contar e para não estarem, constantemente, a solicitar que seja feita a transferência das verbas.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Obrigado Senhor Presidente.

Então, se os Senhores Deputados não pretendem outras informações, vamos submeter esta proposta à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovada por unanimidade.

*A Senhora Primeira Secretária*:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.15 – Apreciação e votação da manutenção, no âmbito de intervenção do Município de Nelas, das competências previstas nas alíneas e), g), h), i), j), k), l) e m), do n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, ao abrigo do n.º 3, do artigo 2.º, do mesmo diploma legal, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 28 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muto obrigado Senhor Deputado. Então, vamos submeter a votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada a minuta por unanimidade.

Há um Senhor Deputado que, entretanto, saiu, mas eu presumo que ele votará também favoravelmente. Já se lhe pergunta. Vota a favor, pronto. Está subscrito.

Então, passamos ao ponto número 16 da Ordem de Trabalhos, que é meramente informativo. É o Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor de prestar os esclarecimentos que julgar convenientes.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Muito bem, Senhor Presidente. Também é só um minuto muito breve para dizer que no que concerne à Proteção Civil, foi e é um desígnio da Coligação PSD/CDS e do que foi o manifesto da candidatura, proporcionar condições favoráveis, não no sentido de que haja Associações mais privilegiadas do que outras. Mas, em abono da verdade, as Associações e o Movimento Associativo são, devidamente apoiados, como têm que ser.

Nós, além do apoio direto financeiro, através dos subsídios que são concedidos pela Câmara, há um conjunto de outras despesas acrescidas com o funcionamento, com transportes, com despesas de manutenção de equipamentos, substancial, que depois de apurado e já está apurado, tem um valor bastante significativo.

Mas se nós não tivéssemos Associativismo queixar-nos-íamos que não existia Associativismo. Nós não nos estamos a queixar. Temos um Associativismo forte, crescente, cada vez com mais Associações. E, portanto, naturalmente que isso tem custos associados desde transportes, autocarros, motoristas, equipamentos e o seu próprio funcionamento.

Dizer-vos também, que no que concerne aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas, a nossa apologia em termos do que é a Coligação e o que é o Executivo, foi e estou certo que se aplicará de uma forma transversal, até em termos comunitários, uma coisa é as Associações, também que nos merecem todo o nosso apoio. Os Bombeiros são, além de uma Associação, uma Instituição.

Portanto, os Bombeiros são a Proteção Civil do Município. Diria mesmo, o braço armado. Todos nós, mesmo por vezes, não temos essa percepção porque, é como Santa Barbara, só nos lembramos quando troveja e os Bombeiros estão disponíveis, não é só quando há um incêndio a deflagrar, ou quando existe um episódio dessa natureza, mas também no que é a Proteção Civil, com uma árvore caída, com problemas com cheias, com problemas de regulação de trânsito, de acidentes, sem horários.

E, portanto os Bombeiros Voluntários, é um compromisso que havia, que foi assumido, que já vem de trás. Já foi apresentado no anterior Executivo pela Coligação, na altura pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, subscrito por nós e mantivemos, em termos de Coligação, a ideia de manter isso no Programa.

E é o resultado que chegámos aqui também, de acordo com o que foi conversado no último ano, digamos assim, com as Direções e com os Comandos, em particular, também, tanto com o Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, como de Nelas. E muito do que havia nos regulamentos, já houve outras propostas também, com outros benefícios, que é como é.

Aqui a questão que mais, digamos assim, seria pertinente, era evitarmos perder Bombeiros Voluntários. Agradecer-lhes e reconhecer-lhes e dar-lhes um incentivo deste altruísmo por estarem sempre prontos a socorrer a Comunidade e o próximo, a servir a Comunidade sem pensar até na sua própria condição enquanto seres humanos.

E, portanto, este regulamento tem para quem é proprietário de um edifício, de uma casa, a devolução do valor de IMI. Nós não podemos fazer isenções de taxas. A taxa é cobrada, é paga e depois a Autarquia faz a restituição do valor do IMI, quer para quem seja titular, quer para o Bombeiro, que seja Bombeiro do corpo inteiro no sentido lato, com família e possa usufruir aquele edifício também da mesma natureza. Quem não for titular tem um apoio semelhante, estimado para o arrendamento de um valor de 250,00 euros. Não é um valor exponencial, mas é mais ou menos o valor calculado do IMI e, portanto, para ser em pé de igualdade.

Há aqui duas, ou três questões, só para concluir, que achamos pertinente. A primeira foi uma solicitação dos Bombeiros, que nós atendemos e achámos que fazia sentido. Também o pensávamos, mas os Bombeiros enfatizaram bem isso. Tem a ver com um seguro, com a cobertura do seguro, com o aumento do prémio do seguro, obviamente porque as coberturas do seguro não eram muito significativas. E vai haver um aumento da cobertura dos seguros também.

Há depois um apoio para os filhos no que é o contexto escolar, do que depende do Município, com a atribuição das Bolsas que vão ser atribuídas também Bolsas de Estudo por Mérito para os Municipes de Estratos Sociais mais desfavorecidos. Mas também atribuídas aos Bombeiros para incentivar os Jovens Bombeiros ou os Jovens a serem Bombeiros, ou continuarem como Bombeiro.

Dito isto, independentemente de outras questões, de isenções de taxas e licenças de construção e habitabilidade, grosso modo, julgo que são estas as mais relevantes. Mas dizer que este é um complemento daquilo que nos comprometemos que foi criar a segunda EIP, que foi criada em, 2022. O apoio, om voltar à renovação do apoio concedido anual aos Bombeiros Voluntários, quer para Despesas de Capital, em particular na aquisição de viaturas, como foi o caso, e Despesas Correntes para salvaguardar depois o défice, o diferencial que existe entre os serviços que prestam e até receberem depois da Administração Central, passam muitos meses também para equilibrar mais os nossos Bombeiros Voluntários e, agora desta vez, com os benefícios sociais

E, portanto, julgamos que estão criadas as condições para os nossos Bombeiros Voluntário, depois também, naturalmente, com a Proteção Civil e com a Câmara Municipal, chegarmos também a protocolos e já há alguns, de cooperação e de um apoio maior à Comunidade, desde o combate à Vespa Velutina, atualmente, a Vespa Asiática, quer a questão dos sumidouros, quer a questão, quando há cheias, ou quando há necessidade de apoios até com as intempéries e mais em particular com a tudo o que tem a ver com as nossas águas pluviais e às vezes, os excessos que existam.

E, portanto, está, devidamente, tipificado e nos apoios às populações e fazer simulacros, portanto, um conjunto de apoios e iniciativas e mesmo no que é a prevenção e a Proteção Civil, verificar as bocas-de-incêndio, a validação de tudo o que tem a ver com a Proteção Civil que possa e deva ser feita pelos Bombeiros e, em particular pelas Equipas de Intervenção Permanente.

Esqueci-me só de dizer uma coisa: Vai estar agora em consulta pública durante 30 dias e depois há-de vir à Assembleia Municipal.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados se quer inscrever? Faz favor.

*O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira*:

- Muito boa noite, Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Na sua pessoa, cumprimento a Mesa.

Os Senhores Deputados.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Excelentíssimo Público.

Em primeiro que tudo, congratulo-me com esta iniciativa e este Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros do nosso Concelho, que vem na sequência da segunda EIP, conforme o Senhor Presidente já falou e onde são investidos, anualmente, 90.000,00 euros por parte da Autarquia.

Mas cabe-me aqui enaltecer e para toda a gente ficar a saber, quer-se goste, ou não. O pai desta criança foi em tempos o Dr. Manuel Marques. Que depois, mais tarde, foi secundado pelo Senhor, agora Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Amaral que, em boa hora, promoveram este Regulamento, ou outros regulamentos, que vieram, veio tarde, mas veio em boa hora.

Dr. Manuel Marques, como pai, o meu muito obrigado.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

Senhor Presidente, eu, é só uma questão. Congratulo-me com esta medida. Concordo, perfeitamente.

Há aqui uma dúvida só que é o seguinte: Nas rendas está previsto um plafond de 250,00 euros, salvo o erro. No IMI, parece-me que nenhum plafond. O que quer dizer que se aparecer um Bombeiro com uma bruta mansão, vai ter um desconto de IMI, basta meter o pedido de reembolso bastante grande e que poderá criar, inclusivamente, desigualdade entre os outros Bombeiros que vivem em casas modestas.

Se calhar e uma vez que a verba que está disponível, são 30.000,00 euros, já não se compadece com uma situação destas que possa acontecer desta. Não quer dizer que aconteça, que haja algum Bombeiro que esteja n estas condições, mas poderá vir a estar.

Se calhar como há plafond para a renda, se calhar, para o IMI não seria também descabido. Isto é só para evitar discrepâncias entre Bombeiros. Os mesmos Bombeiros, um recebe 200,00 euros de IMI e o outro recebe não sei quanto. Era só esta questão.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente, faz favor.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Muito breve. Eu, há pouco estava só e era só para apresentar duas coisas que são importantes. Portanto, o processo já está em consulta pública durante 30 dias.

E, portanto, vai haver contributos que podem ser dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, da Vereação, dos Municipes, de qualquer um. E só depois é que virá aqui à Assembleia

Municipal, em princípio em fevereiro, para depois ser votado o Regulamento do Apoio Social aos Bombeiros.

Dizer duas coisas, só para corrigir ali o valor que o Senhor Deputado João Alfredo falou. São 180.000,00 euros, nas 4 EIP,s.

Cada EIP tem um valor estimado, sensivelmente, com as atualizações, foi aumentando com as atualizações e com as patentes, mas foi aumentando. Neste momento, cada EIP custa, sensivelmente, 45.000,00 euros. Portanto, nós temos duas EIP,s em Canas de Senhorim e duas EIP,s em Nelas. Portanto, estamos a falar de cerca de 180.000,00 euros.

Há o apoio mensal de 25.000,00 euros para cada Corporação, nomeadamente e é o que está estipulado é, em particular, nos anos há um ajuste consoante haver, ou não, aquisição de viaturas e de capital. E depois um valor estimado que nós fizemos aqui, como os Quadros e com os números que havia dos Bombeiros, haverá um investimento de cerca de 25.000,00 euros a 30.000,00 euros

Para terminar, sobre a questão da desigualdade dos Bombeiros. Nós achamos que o que é importante aqui é assim: Há programas próprios, há mecanismos próprios para apoiar o que é a parte das desigualdades sociais. A ideia que houve aqui foi apoiar o Bombeiro, um Bombeiro, um Munícipe, um Cidadão que, independentemente da sua condição, se disponibiliza a fazer isso.

Faz-me lembrar aquela história quando é para dar prendas no Natal. Eu acho que se deve dar a prenda à criança, quer tenha disponibilidade financeira, ou não.

Aqui nos Bombeiros, sinceramente, eu percebo o argumento. Eu não acredito que haja ninguém com uma bruta mansão, nas suas palavras, Senhor Deputado. Mas mesmo que houvesse, o que se premeia aqui é o facto de ser Bombeiro e de um Cidadão, independentemente da sua proveniência ou do seu estrato social, predispor-se a trabalhar em prol da Comunidade e salvaguardar a Comunidade. É essa a aceção.

Não quer dizer que seja correta. Eu estou a dizer que é a nossa acepção do documento, embora, obviamente, está em consulta pública e, portanto, todos os contributos serão analisados.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Obrigado.

Então, passávamos ao ponto 17, também tem caráter informativo, que trata da Primeira Revisão do Plano Diretor Municipal. Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Só muito breve. Também é um documento que está em consulta pública. Há a ideia de fazer também de fazermos uma sessão pública, além de estar em consulta pública, porque é um documento que tem uma importância muito grande.

Os documentos vão para consulta pública e por vezes passa um bocadinho à margem. Estando em consulta pública, tentar promover o mais rapidamente possível uma sessão pública, embora esteja em consulta, de forma a informar os Munícipes todos, em particular, quem tem responsabilidades territoriais. A alteração ao Plano Diretor Municipal de Nelas não decorre de uma questão que nós queiramos fazer de novo. Tem a ver a Revisão, um pouco que decorre da Lei e das Obrigatoriedades sobre a parte dos territórios e dos terrenos.

Portanto, era bom que toda a gente também consultasse o Plano Diretor Municipal e, de alguma maneira, também o pudesse fazer com contributos. Nós fizemos isso com as Juntas de Freguesia, informalmente também e em reunião, mas era bom que fossem consultados os Planos Directores Municipais por toda a Comunidade, obviamente, mas pelos Senhores Vereadores, naturalmente, pelos Senhores Deputados e em particular, pelos Senhores Presidentes da Junta de

Freguesia, porque o documento enquanto está em consulta pública pode ter algum ajuste eventualmente.

Depois desse período torna-se mais complicado e, portanto, apelar para consultarem o documento. E, naturalmente, a Senhora Vice-Presidente também está a agilizar com os Serviços uma sessão para que possa haver uma sessão pública sobre a informação desta alteração ao Plano Diretor Municipal.

Obrigado Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal*:

- Já passaram as 3 horas regimentais para o funcionamento da Assembleia e se não houver oposição do Plenário, vamos continuar. É assim que diz o artigo 12.º. Podemos continuar? Tem que haver uma declaração expressa. Portanto, ninguém se opõe que continue a sessão? Não é assim? Muito bem. São 3 horas, é o que diz o Regimento.

Então, vamos para o último ponto - Discussão e votação da proposta de alteração ao artigo 9.º do Regimento da Assembleia da Assembleia, com a introdução do ponto 4.

Eu convidava o Senhor Deputado António Borges a vir sustentar a sua proposta de alteração do artigo nono ao Regimento.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

- Senhor Presidente, eu, antes de mais, tenho que começar por dizer que esta proposta de alteração não tem nada a ver com ninguém, nem contra nada. Tem apenas a ver com aquilo que eu senti na última sessão da Assembleia que o Plenário gostava de se pronunciar sobre esta situação e tendo por norma também o que aconteceu em Assembleias anteriores, onde eu era o Presidente e que veio algumas vezes a discussão e o Plenário votou e ficou o problema decidido.

Portanto, este ponto é apenas para que o Plenário se possa pronunciar como achar conveniente. Não tem nada a ver com o Grupo Parlamentar do PS. Eu pu-lo em meu nome pessoal, precisamente por causa disso. E cada um faz a conversa como achar melhor.

Eu, por exemplo, para mim é indiferente, mas eu não tenho compromissos durante o dia, porque, se tivesse, se calhar, não era. Mas isso, cada um é que sabe. Portanto, é essa a minha opinião, nestes termos. Não tem nada a ver com mais nada. É só com essa situação de dar ao Plenário a hipótese de se pronunciar e se se pronunciar, ao pronunciar pela sexta-feira à noite. Habitualmente era na última sexta-feira. Algumas vezes foi noutras porque coincidia com datas diversas. Seria bom para que nós pudéssemos organizar também a nossa vida, saber que a Assembleia irá ser na última sexta-feira do mês tal, às tantas horas. E não ficarmos dependentes de uma alteração de datas. Basta já as extraordinárias para isso.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

Então, antes de dar a voz aos Senhores Deputados, eu, relativamente a este ponto, gostaria que o Senhor Deputado levasse em consideração o que dispõe o artigo 51.º, da Lei n.º 75/2013, que pode tornar inviável as próximas Assembleias.

Basta considerar que a convocatória é ilegal. Basta considerar isso. Obriga a presença de todos os Deputados para sanar o vício. Portanto, tem que ter algum cuidado, quando começam as espartilhar isto muito.

Eu aconselho-o a ler o artigo 51.º. Só isso, mais nada. Na Lei n.º 75/2013, porque ó Senhor Deputado imagine que tem vencimento a sua proposta. É na última sexta-feira de cada mês, às 9 da noite.

Imagine que o Presidente da Assembleia entende que isto é uma competência legislativa e não tem que cumprir o Regimento. Vem no artigo 30.º da Lei n.º 75 e que não tem que se submeter à decisão tomada aqui na Assembleia porque é uma competência legal que ele tem e levanta-se aqui a questão do artigo 51.º a dizer que esta Assembleia é ilegal porque não cumpriu o que está no regimento. Para sanar este vício têm que estar os 28 Deputados. Portanto, tem que ter algum cuidado. Basta faltar um, não há Assembleia.

Muito bem. Dava a palavra aos Senhores deputados. Faz favor, quem se quer inscrever? Senhor Deputado. Há apenas 2 inscrições. Os senhores deputados Augusto Borges da Silva e João Paulo. Muito bem, faz favor, Senhor Deputado.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva*:

- Senhor Presidente. Muito obrigado.

Com todo o respeito que lhe é devido, Senhor Presidente e pela sua acepção jurídica desta matéria, portanto, invoca o artigo 30.º da Lei n.º 75/2013, que atribui e estou a citar: Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, no ponto n.º 1 e depois a alínea b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias. Creio que seja este o ponto.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- É esse o artigo 30. Muito obrigado.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva*:

- Ainda que este artigo atribua competência ao Senhor Presidente da Assembleia de convocar as sessões, não atribui, muito menos expressamente, muito menos com previsão legal, ao Senhor Presidente da Assembleia a competência para designar a hora, a data, sobre o dia em que essa Assembleia funcione.

Portanto, o Senhor Presidente, a ser aprovada esta proposta. Não interessa se seria não do Grupo Parlamentar, ou do Grupo Municipal A, B, ou C, mas no interesse da Assembleia, seria para fixar a data, a hora e o dia da Assembleia. Não para alterar a competência, ou transferir, ou avocar para a Assembleia a competência de a convocar.

O Senhor Presidente continuará nos termos legais e no disposto da Lei n.º 75/2013, do artigo 30.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 75/2013, a ter a competência exclusiva de convocar a Assembleia. Apenas terá que o fazer nos termos regimentais, que é algo que também vincou.

E aquilo que passará a vincular a sua convocação, apenas nas sessões ordinárias é a deliberação de alteração regimental, portanto, o Regimento alterado por esta deliberação. E, resumindo, não se trata de lhe tirar competência. Muito menos de desviar a competência que é concedida legalmente. Não, trata-se apenas dessa competência para as sessões ordinárias ficar orientada àquilo que é o regimento e a vontade da Assembleia e no seu melhor interesse.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor João Paulo faz favor.

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra*:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Bem, isto vai servir como declaração de voto também.

O Regimento da Assembleia Municipal não impede que as reuniões ordinárias se realizem conforme proposta em discussão. A proposta em discussão é condicionada e fixa a realização das reuniões ordinárias da Assembleia Municipal.

Imaginemos que esta reunião com quase 20 pontos. Hoje nem se alongou muito. Mas que começar a 21 horas. A que horas saíramos daqui? Não é compatível para mim porque ao outro dia tenho que trabalhar às 6 da manhã.

A CDU considera que não há nenhuma razão para se proceder à alteração, em qualquer altura pode-se marcar às 9 horas, mas o tempo das reuniões ordinárias, alterar, ou às 3 horas da tarde, ou às 5 horas, mediante o que for.

Agora estamos é a pôr quase uma ditadura a dizer que tem que ser sempre às 9:00 na última sexta-feira do mês. Temos coisas para aprovar que sejam para entregar no dia um, no dia 31 estamos aqui enfiados. Não se aprova, não tem tempo de mandar.

E nesse sentido a CDU vota contra.

Isto é a minha opinião, única e simplesmente.

Mas o ponto que você está a reservar está a condicionar a que isso não aconteça.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Senhor Deputado António Borges, depois pode voltar à tribuna até para ficar gravado, tem que se levantar.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

- Eu comecei por dizer que não tenho pessoalmente nenhum interesse em que as reuniões sejam a uma hora, ou sejam a outra.

E não é esse o motivo que me motivou a pedir esta alteração. O que me motivou a pedir esta alteração foi que o que eu auscultei na outra, na última sessão desta Assembleia e em sessões anteriores é que o Plenário se devia pronunciar sobre a data e hora das sessões, salvo salvaguardando sempre situações justificáveis.

É evidente que se coincidir com as Festas do Município, ou se coincidir com o São Pedro coincidia muitas vezes, não se ia fazer porque era assim. É evidente que se diz que as sessões são 3 horas. Se começar às 9:00, à meia-noite acaba. A não ser que o Plenário, mais uma vez se pronuncie em sentido contrário. Portanto, ninguém vai ficar aqui até às 6 da manhã, ou até às 5 da manhã, ou até às 3 da manhã, porque é muito longa. Isto é a primeira situação. Portanto, isso é uma falácia. As reuniões, O Regimento diz que as reuniões têm a duração de 3 horas e que a partir daí só continua se o Plenário assim o decidir.

Mas, eu volto ao primeiro ponto. Eu volto ao primeiro ponto. Eu, apenas quero dar ao Plenário a hipótese de decidir se é assim, ou se é assado. Agora, o Senhor Presidente estar a tentar dizer que se vai coartar a tua liberdade de convocar reuniões. Não vai coartar nada. Portanto, é uma competência dele e só dele.

Agora, o Regimento deverá e até aí poderia pôr, obrigatoriamente, definir como define os meses em que elas se realizam, definir a hora para que os Elementos saibam, ou, pelo menos, prevejam, que a reunião vai ser no dia tanto, às tantas horas. E não, como agora, como hoje, por exemplo, em que tivemos os documentos que foram enviados no dia 6 à tarde. Que já tinham sido aprovados em 29 de novembro, para estarmos hoje a discuti-los. Se calhar, isso é que nós temos que ter atenção. Mas, cada um haje como achar conveniente. Para mim, é-me indiferente. Pronto, pessoalmente, é-me indiferente.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

Para mim também é indiferente, ó Senhor Deputado, mas de qualquer maneira, acho que é desumano ter aqui as pessoas até à 1 da manhã de Inverno. E eu sofro imensas reclamações nesse sentido.

Mas se começar às 9:00 horas. Então e se não acabar como hoje? Muito bem. Então não há mais intervenções dos Senhores Deputados. Tem mais uma intervenção, faz favor?

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra*:

- Eu acho um exagero, termos aqui 6, ou 7 pessoas, ou 10, ou 20, ou sejam as que forem, de Municipes, que vão estar aqui até 1 da manhã? Ou pronto, vamos supor, até à meia-noite. Depois da meia-noite, ainda vão falar, vamos sair daqui a que horas? Isto é a minha opinião. É a única coisa que eu digo.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Mas de verão está tudo bem. Agora de inverno é que é um aborrecimento. De verão está bem.

Muito obrigado Senhor Deputado. Não há mais intervenções. Então vamos propor, vamos submeter a discussão, a votação a proposta do Senho Deputado António Manuel Borges dos Santos, que pretende introduzir um ponto co a seguinte redação:

- As sessões previstas no número 1 realizam-se às 21:00 horas da última sexta-feira, do respetivo mês, salvo em situações justificáveis.

Portanto, quem vota contra? Dezoito votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Então a proposta foi reprovada, por maioria.

Mas já votámos.

*O Senhor Deputado António Borges Santos*:

- É só um desabafo. Eu só espero é que, um dia, para o futuro, não façam, os que votaram agora contra, o que fizeram na última sessão, em que aqui-d`el-rei D,El Rei que quase que mandavam o Presidente da Assembleia, que não fomos nós, que não fomos nós.

Portanto, atenção com isso, atenção que, entretanto, pediram-se nomes e contactos de pessoas para informar não sei o quê. Não fomos nós. É só nisso. Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Muito obrigado Senhor Deputado.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.18 – Discussão e votação da proposta de alteração ao artigo 9.º do Regimento da Assembleia Municipal, com a introdução do ponto 4:

- As sessões previstas no número 1 realizam-se às 21:00 horas da última sexta-feira, do respetivo mês, salvo em situações justificáveis.

Foi posto à discussão, tendo sido reprovado com 18 votos contra, 10 votos a favor e 0 abstenções.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Então, está encerrado o Período da Ordem do Dia. Passaríamos ao Terceiro Período que é a Intervenção do Público para esclarecimentos

Ainda falta aprovar a minuta? Então vamos ainda votar a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Então, Terceiro Período da Sessão: É a intervenção do Público para esclarecimentos. E, então, Senhora Secretária, quer tomar nota das inscrições? Está, primeiro, o Senhor Arlindo, de Urgeiriça – Assunto: Obras. Senhor João Rego, faz favor, João Rego, de Santar – Assunto: Obras. Dr. Manuel Marques, terceira intervenção. Não há mais? Então faz favor, Senhor Arlindo Duarte. Cinco minutos.

*O Senhor Arlindo Duarte*:

- Senhor Presidente da Assembleia

Para já, peço desculpa, andei a cantar o Fado.

Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Estimado Público.

Boa tarde a todos.

Vou ser muito rápido mesmo.

Primeiro que tudo, quero dizer que a nível do Concelho, infelizmente, as limpezas estão piores do que no tempo da outra Senhora. Se lhe disseram que eu votava na outra Senhora. Senhora entre aspas. Não votava de certeza. Mas estou desiludido com este Executivo.

Ou seja, a Estrada 231/2, entre as Caldas da Felgueiras e a E.N. n.º 231 para Seia, há mimosas e silvas em pleno alcatrão. Gostaria que verificassem isso.

Mais uma vez estou desiludido. Pensei que desta vez, pelo Natal, as nossas crianças da Escola do Fojo tivessem passadeira. Afinal, ainda não é neste Natal que vão ter a prenda no sapatinho. E digo isto seguinte: Gastou-se em Canas de Senhorim, na minha opinião e vale, vale, dinheiro, esbanjaram dinheiro na Avenida da GNR, pondo lá umas ervas quaisquer sintéticas. Só faltou pôr a passadeira do passeio à Junta Freguesia, passadeira vermelha, faltou isso. Portanto, para aí houve dinheiro. Para ser a passadeira para as nossas crianças passarem para a Escola, não há.

Verifica-se que no Concelho de Nelas há muitos passeios com ervas. E aqui tenho a elogiar o Presidente da Junta de Nelas que por duas vezes, foi abordado por mim a pedido de habitantes aqui de Nelas, para que cortassem, ou mandasse cortar ervas no passeio e foi instantâneo. Dois, três dias, estava resolvido. Portanto, Senhor Presidente da Junta de Nelas: Muito obrigado em nome da população de Nelas.

Continuo a dizer que a estrada principal, esse, aliás, um desvio que fizeram, bem, ou mal, não vou discutir, em Sentar ao pé, cá baixo, ao pé da Casa do Padre, que conheço por esse nome, fizeram-se um desvio para a direita em vez de seguir em frente. Fui alertado por alguém. Não é que aquele desvio esteja bem feito, ou mal feito. Mas torna contorno aos Bombeiros, ao passarem lá, porque, ou seja, ao passar pela Capela, fazendo o desvio, passando a seguir à Capela para entrar na Rua Principal, torna transtorno aos Bombeiros porque aquilo não tem condições nenhumas de, para nós tem, mas para os bombeiros não têm.

Portanto, gostaria de sugerir, não sei. Não me perguntem como é que vão fazer. Se calhar abrir acesso aos Bombeiros, seguirem na mesma em frente e pôr exclusivamente aos Bombeiros. Não sei. Sei que aí os Bombeiros têm dificuldade em entrar na Rua Principal.

As luzes, nas nossas povoações, no nosso Concelho, continuam a ser ligadas muito tarde. É de noite e as luzes não estão, ainda não estão ligadas. Alertei há poucos dias, no dia 30, se não me engano, no final do mês, uma situação que se estava a passar nos Valinhos. Perguntei ao Senhor Presidente da Câmara. Não sei se fez alguma coisa, porque aquilo era alguma descarga que fizeram lá. Aquilo era, ainda hoje a água está amarela. Nesse dia, conforme posso mostrar aqui pelo vídeo que tenho aqui, além da água amarela, havia óleo derramado aí. Portanto, possivelmente, alguma descarga. Não sei se o Senhor Presidente tomou conta das ocorrências e se verificou de onde é que vinha esse esse derrame.

Portanto, era só isto. E aproveito, aproveito, não falta muito Senhor Presidente, mas eu vou acabar mesmo. Não, eu também marquei pelo relógio. É para te mostrar que também desta vez marquei. Para acabar, eu vou-lhe dizer o seguinte: Desejo a todas as pessoas presentes, independentemente de serem de Benfica, Sporting ou Porto, um Bom Natal e um Bom Ano-Novo.

Muito obrigado.

O Senhor João Manuel Gouveia Rego:

- Senhor Presidente da Assembleia.

Senhores Membros da Mesa.

Vereação.
Senhora Secretária, Senhora Segunda Secretária.
Caros Deputados.
Estimado Público.
Estimado Funcionário Municipal.

Começo esta intervenção com regozijo. Portanto regozijo-me que a Assembleia hoje esteja completa. Porque pensei que como íamos aqui discutir um tema de empréstimo, que haveria alguém que não estaria nunca em Assembleias onde se discutisse empréstimos. Mas felizmente, a Assembleia está completa.

Gostava de lamentar a situação do horário. Eu estou de acordo com o facto de as 3 da tarde não ser um horário fácil. Mesmo para o Público era difícil vir e se nós queremos que o Público intervenha e tenho gosto pela atividade política, deveríamos proporcionar que as Assembleias.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- O Senhor João Rego está-se a desviar do tema. É obras. É evidente que não. Isso não pode?

*O Senhor João Rego*:

- Isto em reuniões de Câmara, penso eu. Vocês o nisto há muitos anos, mas eu penso que é em reuniões de Câmara. Portanto, pá, é melhor estudarem melhor a lição para me cortarem a palavra.

Senhor Presidente, então vou falar de obras, visto que o Senhor não quer ouvir outros temas, eu vou-lhe falar de obras, a si e ao Executivo, obviamente, que é o executivo que, realmente responde por essas obras, ou pela falta delas.

Portanto, eu venho aqui perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal qual foi o milagre que conseguiu para o CAVES em Santar. Porque o CAVES, em Santar, tem, eu sei que o Senhor fez 15 alterações orçamentais este ano. Para mim é um exagero. Aliás, o Deputado Artur Jorge era um dos fatores que que o levava a intervir, eram as alterações orçamentais. E este ano leva 15. E para o ano, com o Orçamento que tem, vai levar mais. Portanto, é uma aposta que eu aqui deixo que para o ano vai ter mais de 15 alterações orçamentais.

Mas queria-lhe perguntar qual foi o milagre porque eu estive a ver o Orçamento Municipal e o caso deste ano tem uma rubrica com 1,00 euro. Então, se os homens estão lá a trabalhar há meses onde é que está lançado esse valor? Portanto, não há cabimento orçamental e hoje estão a colocar a telha no CAVES. Será que a fatura está na gaveta? Será que a fatura do empreiteiro está na gaveta? É que não há orçamento para cabimentar aquela obra. Não percebo. Gosta que me explicasse. Muito obrigado.

Em relação ao Orçamento, portanto, eu acho que o Orçamento, obviamente, que é um Orçamento sonhador, aliás, completamente, irrealista. É completamente.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Senhor João Rego, obras. Inscreveu-se para obras.

*O Senhor João Rego*:

- Posso corrigir a minha inscrição, Senhor Presidente?

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Não, não pode, não.

*O Senhor João Rego*:

- Não? Mas vai dizer isso a toda a gente? Eu vou aguardar que sim. Está bem? Eu vou aguardar que sim.

Gostava de saber também e vou falar de obras e visto que o Senhor Presidente e que fique aqui em ata, mas está-me a coartar a palavra pelo facto de não gostar daquilo que eu estou a dizer, até porque toda a gente falou de tudo e mais alguma coisa em todas as Assembleias que eu presenciei e agora o problema sou eu em não falar de obras.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, eu gostava de dizer, o Senhor veio aqui dizer, o Senhor veio aqui dizer que a questão da Avenida João XXIII não estaria resolvida e eu tenho-lhe a dizer que a obra, se não estiver acabada até 31 do 12 e paga, o Senhor vai ter que devolver os Fundos Comunitários da mesma, OK? A explicação o Senhor aqui veio dar, não é verdade. O Senhor, não é verdade. O Senhor, vai ter que fechar a obra a 31 do 12.

E, mais: Na zona industrial número 1 e é outra questão que eu lhe quero pôr, que é uma questão ainda mais grave, porque aí tem o empreiteiro, que poderá ter o empreiteiro à perna. O Senhor não responde às questões.

São questões que lhe são feitas, recorrentemente, e o Senhor chuta para canto e o seu Executivo faz, exatamente, a mesma coisa. Portanto, eu quero que diga aqui, claramente, porque eu consultei ata da reunião de 30 do 10 em que o Senhor diz claramente que poderá o Município ter que devolver 500.000,00 euros, caso a obra, o Senhor diz, claramente em ata e convido toda a gente a ler a ata de 30 do 12, desculpem, de 30 do 10, para poderem verificar aquilo que eu estou a dizer.

Portanto, o que me preocupa bastante nas obras é que a obra da Av.ª João XXIII está parada, porque o Senhor e o Senhor Vereador Artur Jorge foram no dia a seguir às eleições, nem sequer tinham tomado posse, ali à João XXIII, junto do empreiteiro, junto do Encarregado do Empreiteiro, o Senhor mandou parar a obra, que não executava a obra nenhuma e a obra esteve parada 14 meses por sua responsabilidade.

E quero ver se, peço desculpa, peço desculpa, E quero ver se, realmente, os 500.000,00 euros tiverem que ser devolvidos, qual é a sua tomada de responsabilidade sobre este tema porque a obra esteve parada 14 meses por sua responsabilidade e do Senhor Vereador Artur Jorge.

O Senhor vem justificar com uma questão de Tesouraria que não se põe. Aquela obra, quando foi lançado pelo anterior Executivo tinha financiamento garantido. Portanto, a questão financeira não se põe porque a questão financeira tinha muito dizer sobre a questão financeira.
Mas, eu estou coartado

Eu gostava de lhe dizer que o Senhor, este ano, vai subir o Passivo em relação a 31/12/2022 de mais de 800.000,00 euros. E sabe porque é que o Senhor não fez o empréstimo para fazer a obra do Fecho do Ciclo da Água? Porque o Senhor, quando lançar 1.600.000,00 euros com a obra do CAVES, o Senhor vai ter um Passivo superior àquele que herdou. Percebe? Pronto.

Senhor Presidente, é que eu tinha tanta coisa para dizer e o Senhor coarctou-me aqui nas obras. Olhe, deixe-me encontrar aqui.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Seis minutos, Senhor João Rego, mas eu dou-lhe mais 2, vá.

*O Senhor João Rego*:

Muito obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado. Já que não me deixa falar do que eu quero, agradeço-lhe imenso.

Em relação às obras previstas para o ano que vem, que estão neste Orçamento e convido todos a lerem, são obras impraticáveis. Os Senhores estão a dizer que vão praticar obras, que vão fazer obras, que muitas delas estão ainda em projeto, que não há aprovação de candidaturas.

Lançamento de empreitada. Como é que é possível os Senhores virem dizer que vão fazer obra no próximo ano se têm tudo, completamente, atrasado. Não têm uma candidatura aprovada.

O Senhor, o PRR, depois da questão do PRR dos Centros de Saúde, o Senhor vai ter que encontrar empreiteiro que lhe faça a obra. Vai ter que adjudicar a obra. O Senhor lançou a obra, penso que na totalidade no próximo Orçamento. Como é que isto é possível acontecer? O Senhor não vai executar a obra nenhuma.

Em relação à obra do CAVES, eu gostava que me explicasse, então como é que fez porque o CAVES só tem 1,00 euro no Orçamento do ano passado.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado Senhor João Rego. Última intervenção. Dr. Manuel Marques, faz favor? Também 5 minutos.

*O Senhor Dr. Manuel Marques*:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Estimados Membros da Assembleia.

E Digníssimo Público.

Obrigado Meu Amigo João Alfredo por avivar a memória àqueles que, de uma forma encapotada, se escondem atrás do anonimato, quem foi, de facto, o pai deste Regulamento.

Quero dizer-lhe, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que este Projeto de Regulamento foi levado à reunião de 2/11/2020. Foi rejeitada, liminarmente, a discussão. Foi a uma nova reunião de 25, de 2020. E foi a outra reunião de 19/12/2020.

E quero dizer também, por isso é que eu quero felicitar, devidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim Amaral. Foi uma das promessas que comigo fizemos para que este Regulamento fosse uma realidade.

Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara, por ter tomado essa coragem quando, na altura, nestas datas que aqui elenquei, tudo diziam que era ilegal, tudo diziam que não podia ser, tudo diziam que tínhamos que ter um projeto económico para eu o poder apresentar. O Senhor Presidente da Câmara, com a coragem dos Senhores Vereadores teve a coragem de o apresentar e já o ter em discussão pública.

Quero também agradecer vivamente e com grande relevo aos Senhores Vereadores do Partido Socialista, Fernando Silvério e Aires Santos porque na reunião onde isto foi tudo, liminarmente, rejeitado estávamos todos presentes, estava também o Presidente da Câmara, cujo nome agora não me ocorre. Mas estavam lá e Vossas Excelências rejeitaram-no.

Eu compreendo, perfeitamente, que naquela altura, a Democracia e a Liberdade que funcionava no nosso Município não foi aquela que nos ensinou Mário Soares, António Arnault, Tito de Morais, António Campos e demais fundadores do Partido Socialista em 1973.

Por isso, Senhores Vereadores do PS, muito obrigado por desta vez estarem ao lado dos nossos Bombeiros. Agradeço-lhes, como agradeci ao Senhor Presidente da Câmara de ter cumprido o compromisso eleitoral entre mim e ele. E também o propôs na altura, nessa data de 2020. Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. E isso, reconheço essa coragem de o ter feito. Como, obviamente, reconheço também a coragem aos Senhores Vereadores do Partido Socialista, que não têm as amarras que tinham passado.

Agora deixava aqui, Senhor Presidente da Câmara uma Recomendação. Todos nós soubemos das faturas que nós deixámos, eu e Isaura Pedro, deixámos, que se diziam irregulares. Que chegaram aos 750.000,00 euros. Hoje sei que Vossa Excelência e o seu Executivo

participaram faturas irregulares quase no dobro, 1.400.000,00 euros. Bem prega o Frei Tomás, já disse isso. Faz o que ele diz, não faz o que ele faz. Esta que é a verdade. Alguém levantou esse incidente por causa de eu ter dito isto. É esta, está aqui esta mensagem e está aqui isso criticado daquilo que eu quis dizer, à data, na reunião de Câmara.

Senhor Presidente da Câmara, eu entendia e recomendo: Considerando as decisões dos tribunais, do TAF de Viseu e demais tribunais, em que os Senhores Fornecedores meteram contra o Município por causa das faturas que eu e Isaura Pedro deixámos, Vossa Excelência não os obrigue a ir para os tribunais. Não os obrigue a ir para os tribunais por 2 razões. Todos nós sabemos, quem anda na prática do Direito sabe que os Tribunais Administrativos são muito morosos e os nossos Fornecedores precisam de dinheiro.

Mas, mas mais grave para o Município, Senhor Presidente da Câmara, todos nós sabemos que provocaram incidente a mim e a Isaura, Pedro. Todos nós sabemos que o Tribunal deu-nos razão. O Tribunal absolveu-nos em toda a linha deste processo, porque havia aqui um enriquecimento sem causa do município se nós fôssemos condenados. Nós sabemos quantas pessoas.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Dr. Manuel Marques, obras também.

*O Senhor Dr. Manuel Marques*:

- Não, não, não, não. Desculpa, não disse. Tem a minha palavra. Ninguém me ouviu dizer.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- À, diversos outros.

*O Senhor Dr. Manuel Marques*:

- Não disse. Ninguém me ouviu dizer o que é que que eu queria falar.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Mas tem que indicar o tema. Ai, diversos? Isso não é tema nenhum, ó Dr. Manuel Marques.

*O Senhor Dr. Manuel Marques*:

- É, Senhor Presidente, é. É só para dizer o seguinte.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Eu percebi obras.

*O Senhor Dr. Manuel Marques*:

Orador 12

- Senhor Presidente, para poupar honorários ao Município.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Cinco minutos. Está bem?

*O Senhor Dr. Manuel Marques*:

- Senhor Presidente. para poupar dinheiro.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Dr. Manuel Marques, sabe perfeitamente que tem que indicar o assunto, mas diversos, não há diversos.

*O Senhor Dr. Manuel Marques*:

- Devia ter sido chamado à data. Mas eu vou ser breve. E por isso, Senhor Presidente da Câmara, eu aconselhava e recomendava que chegasse a acordo com os demais Fornecedores relativos ao mandato anterior e pagasse e pagar.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Cinco minutos. Quer mais 2 minutos? Sim Senhor. Muito obrigado.

*O Senhor Dr. Manuel Marques:*

- Sim, dois minutos. Eu também queria dizer-lhe outra coisa. Louvo-o, louvo-o pelas suas Unidades Orgânicas que os seus Serviços enquadraram, organizados de uma forma profissional, e com competência e não ao contrário dos tempos passados que era com favores.

E, não estou aqui, Senhor Presidente da Câmara, a bajulá-lo. Não estou à procura de nenhum tacho, nem vou aceitar nenhum tacho que Vossa Excelência me queira dar até ao final do mandato. Estou aqui para colaborar com os meus concidadãos e estou aqui para defender os interesses do meu Concelho e mamar e mamar. Só berra quem lhe tira a mama.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Importasse de concluir?

*O Senhor Dr. Manuel Marques:*

- É a conclusões que eu tiro: Só berra quem lhe tira a mama. O humano berra quando lhe tiram a teta. Os animais berram quando lhes tiram as tetas.

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Muito obrigado. Então, tem a palavra Senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entender convenientes.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Obrigado, Senhor Presidente.

Vou tentar ser breve. Vamos só aguardar só um bocadinho, está bem? Eu vou tentar ser breve até porque a sessão também já vai adiantada. Mas eu gostava de poder. Eu, se não se importar.

Ora bem, Público. O Senhor Arlindo Duarte. Na questão da descarga dos Valinhos e começo por isso, sim, até ao Senhor Arlindo me ligou pessoalmente e nós pedimos aos Serviços para irem verificar a situação. Quando tivermos uma informação mais adequada para perceber ao certo o que se passou, serão tomadas as medidas necessárias à eventual descarga, ou derrames, ou infiltrações. Mas isso está a ser visto também.

A iluminação pública, deixe-me que lhe diga que é possível, nós, cada Municipe fazer a participação à E-Redes. Há mesmo uma forma de o fazer através da plataforma. Não invalida que o Município também não o faça e as s Juntas de Freguesia também fazem. Estão aqui presente Presidentes das Juntas de Freguesia que já o fazem. O Município também o faz. Mas o Municipe também o pode fazer.

A iluminação pública está regulada pela questão da hora que está. Por vezes há alguns desfasamentos e nós também temos pugnado, temos lutado para que isso seja adequado diariamente e nem sempre somos atendidas. Portanto, se houver essa constante, mesmo com as Juntas, a ideia que temos feito, as Juntas fazem, a Câmara faz, o município faz, pode ser que seja como a água e a pedra e consigamos juntos levar a bom porto.

Sobre a questão do desvio de Santar, na altura os Bombeiros também foram ouvidos e é a primeira vez que estou a ouvir isso. Eu acredito que qualquer transtorno, a parte cá em cima também causa algum constrangimento onde é onde se fazia antes a curva porque aquilo também tem ali uma quina muito saída.

Sempre há a alternativa da Rua da Soma, eventualmente, quando é com os Bombeiros, eu registo também, Senhor Arlindo, como é óbvio. Toda a gente tem direito a opinião, mas não é por aí.

Na questão da jardinagem em frente à Junta de Freguesia, obviamente, não vou, não me vou pronunciar, embora me pareça que é uma coisa que corre, naturalmente, do que foi mandatado uma Junta de Freguesia para fazer a obra que achar necessário em termos de verificação.

A passadeira da Escola do Fojo também já sabe o que está em causa.

A questão das limpezas, já disse várias vezes. Admito que temos alguns constrangimentos sim. Que reconheço que nós, a Câmara, não tem dado a resposta mais cabal. Mas julgo que, paulatinamente, estamos a fazer algum esforço, muito esforço mesmo, aliás, nesse sentido.

E, mesmo o que nós estamos a falar de consolidar alguns dos Quadros, aliás, quem está atento vê que nos Colaboradores do Município, nos Serviços Externos, há alguma gente nova, também em idade e novas que, esperemos, depois, continuarem com essa dinâmica. E, portanto, há também sinais de melhoria.

No que concerne ao Senhor João Rego, o milagre do CAVES. Senhor João Rego, eu tenho aqui as Grandes Opções do Plano de 2023, na página 13, que pode consultar com o financiamento definido como uma dotação orçamental 652.500,00 euros. Está nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Municipal. O 1,00 euro que está a falar tem 1,74 euros, mas é o saldo do cabimento. São coisas diferenciadas. Portanto, aconselho-o a que reveja essa questão, porque é isso que está lá.

De qualquer maneira, sobre o CAVES, há uma coisa fantástica, que eu gosto, que é, quando o CAVES estava parado, falava-se, ou criticava-se porque, eu agradecia que pudesse falar. Eu, esteve ali a falar. Eu não o incomodei.

Ó Senhor Presidente, eu falo quando.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

Não, eu encerro a sessão porque acho que a melhor solução, não é? Senhor Presidente tem a palavra.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Estava eu a dizer que o CAVES tem esta vicissitude grande que é: quando não estava lá a empreitada, nós falávamos porque não estava a empreitada a acontecer. Agora, está a acontecer e já anda na cobertura e tudo, é porque é de um saldo de cabimento. Estamos, perfeitamente, tranquilos quanto a isso e o que interessa é que a obra será concluída a breve trecho.

Na Avenida João XXIII, o que eu referenciei é o poderá, sim. Obviamente, que qualquer empreitada que não cumprir os regulamentos, ou o que está instituído na empreitada poderá, de facto, incorrer em incumprimento. É normal.

O que está lá, é claro. O poderá entrar em incumprimento foi a maneira como eu estou aqui e agora e em qualquer circunstância. Não é sacudir a água do capote, ou ir por um outro caminho.

Se, de facto, numa qualquer candidatura, houver um incumprimento, obviamente que a Autarquia é penalizada. Dou-vos o exemplo, por exemplo, da água: Quando nós fizemos a questão da água alertámos várias vezes que uma questão que vinha de um compromisso da atualização dos 90% da taxa de cobertura houve gente a votar contra, quando era obrigatório fazermo-lo, sob pena de nós não termos depois o cumprimento e sermos penalizados.

Sobre sermos penalizados, estamos, perfeitamente, à vontade, perfeitamente, à vontade quanto a isso. E da Avenida João XXIII, a Câmara, a Câmara e a Junta responsabilizam-se. Depois veremos, mantenho a mesma coisa: O que nós dissemos é o poderá, como qualquer candidatura.

Sobre a obra estar parada os 14 meses, quero dizer e dizer uma coisa: A empreitada da Avenida João XXIII podia ter começado em abril. Aliás, ela foi anunciada. Eu vou tentar

responder. Não é fácil. E, portanto, só foi retomada no dia a seguir, imediatamente, às eleições. Que é factual. Independentemente disso, havia um compromisso foi respeitado pelo Executivo e pela Coligação porque muitos dos comerciantes solicitaram que tinham tido danos complexos por causa da COVID-19 e perguntaram e pediram-no.

Ó Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas eu não consigo.

Termino, então, só com 2 ou 3 pontos. No Passivo, sobre a questão do aumento do Passivo cá estaremos. É uma questão de fazer as Contas.

Sobre as obras impraticáveis que estão no Orçamento, é também fantástico. Portanto, quando não há obras é porque não há dinamismo. Quando estão quantificadas no Orçamento é porque estão quantificadas e vão ser feitas.

A bem, ou a mal dizer uma coisa: Em janeiro de 2024, janeiro, fevereiro, vai haver a Requalificação dos Centros de Saúde. E isso é inquestionável, quer gostem, quer não gostem. Se calhar, eu percebo que era bom que não fossem feitas, mas vão ser feitas.

E no que concerne à substituição da conduta da água, há mais de 60 anos, vamos fazê-la.

Obrigado, Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Obrigado, Senhor Presidente. As questões do Dr. Manuel Marques.

*O Senhor Presidente da Câmara*:

- Dr. Manuel Marques, sobre a questão do Regulamento dos Benefícios Sociais, a questão do Regulamento dos Benefícios Sociais, pronto, foi aquilo que nós dissemos. Obviamente que o mais relevante no meio disto tudo, julgo eu, é termos trazido a bom porto, a Coligação, o desígnio que se tinha comprometido a realizar.

Sobre as recomendações das despesas irregulares, para concluir. O que o Senhor Manuel Marques disse é o que nós temos vindo a instituir como procedimento. Portanto, o que nós temos feito é, recordar que houve uma que não foi feito um acordo e depois acabou-se por pagar tudo. Não sei, se recorda ainda no mandato anterior. Não vou falar da empresa. Mas houve uma empresa que não houve acordo e foi feito nesse sentido.

Para concluir: O que nós conseguimos com este, o que nós concluímos com alguns dos acordos do que está a aparecer em termos Tribunal da altura, é o esforço financeiro da Autarquia ser menor. Ao chegarmos a acordo, conseguimos, de alguma forma, diminuir muito do que seria a obrigatoriedade se fosse a julgamento, que é a eventualidade de retirar grande parte dos juros vincendos e vencidos também, particularmente, os vincendos. E nesse sentido, o que nós estamos a fazer é, naturalmente, defender os cofres públicos.

Obrigado Senhor Presidente. Aprovei só o ensejo para uma coisa. Se não nos virmos antes, Boas Festas, apesar das nossas altercações, por vezes, e as nossas divergências. Boas Festas. Feliz Natal e um Bom Ano de 2024 para todos vocês.

*O Senhor Presidente da Assembleia*:

- Um Bom Natal para todos.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: